

Determinação e confiança

Promovendo hoje uma reflexão de acção autárquica, temos certamente muito a aprender com os outros, mas temos muito mais a aprender com nós próprios, com a nossa experiência de ontem e de hoje.



■ **Francisco Lopes** Pág. 14

Atenção, camaradas!

A re-escrita da História não é de hoje. É verdade. Mas a intensidade com que se faz, a força, tempo, espaço que se dedica à divulgação do que re-escrito vai sendo, é instrumental e circunstancial. Depende das necessidades e condições do combate, do estádio da luta de classes que os que negam que exista praticam com contumácia.

■ **Sérgio Ribeiro** Pág. 15

Formação, trajectória e fim do Império Britânico Trafalgar

■ **Manoel de Lencastre** Págs. 16 e 17

Bancas de Natal

Como já é de tradição, em muitos centros de trabalho do PCP, em todo o País, estão abertas as bancas de Natal.

Uma oportunidade de comprar a prenda que falta e de contribuir para o Partido.

Agenda



Avante!

À semelhança do que sucede hoje, o número da próxima semana sairá na quarta-feira, dia 31, por ser feriado no dia seguinte.

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Dezembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1256 • Director: Carlos Brito

Natal só para alguns no distrito de Lisboa

13 milhões por pagar

a mais de 10 mil trabalhadores

Em plena época natalícia, a União dos Sindicatos de Lisboa decidiu chamar a atenção da opinião pública e do poder para a «marcha acelerada de muitas famílias para a pobreza», enquanto «o patronato jamais foi penalizado por condutas, muitas vezes, até lesivas da legalidade».

«Alguém pretende que esta situação seja uma fatalidade» – admitiu Arménio Carlos, respondendo a uma pergunta do «Avante!». «Mas o movimento sindical não vai deixar estes trabalhadores sem apoio, vamos continuar com eles na luta por aquilo a que têm direito», sublinhou o coordenador da USL/CGTP-IN. Pág. 5

Os 4 novos concelhos CDU

Moura • Vila Viçosa



Salvaterra • Monforte



Populações apostam num projecto novo

Centrais

A razão dos factos



O Parlamento discutiu a revisão da Lei de Estrangeiros

RESUMO

17 Quarta-feira

O Tribunal Constitucional considera constitucional o diploma do Parlamento que acaba com as portagens do Oeste ■ A Assembleia da República debate diploma de revisão da Lei de Estrangeiros, que constituiu uma manifestação de hostilidade contra os cidadãos oriundos dos PALOP ■ Em Espanha, o congresso dos deputados não aprova o projecto de reforma educativa apresentado pelo governo ■ Na África do Sul, Thabo Mbeki é eleito presidente do ANC, substituindo Nelson Mandela no cargo ■ O governo israelita anuncia que não irá apresentar nenhuma proposta concreta sobre a retirada da Cisjordânia no encontro de amanhã com Madeleine Albright ■ A vaga de frio do Leste da Europa provoca 50 mortos.

18 Quinta-feira

Vem a público a notícia de que milhares de funcionários públicos não receberam o subsídio de Natal deste ano, por estarem em «processo de integração» ■ É aprovado o diploma para a actualização extraordinária dos cadernos eleitorais ■ A barragem espanhola de Alcántara larga água, provocando cheias em várias localidades portuguesas ■ O eurodeputado do PP Rosado Fernandes envolve-se numa cena de violência com um deputado dinamárquês do PE ■ A polícia francesa mata a tiro um jovem numa esquadrilha ■ A Autoridade Palestiniana aceita um plano de luta contra os fundamentalistas islâmicos, elaborado conjuntamente com os EUA e Israel, no mesmo dia em que Yasser Arafat se encontra com Madeleine Albright ■ Kim Dae-Jung é eleito presidente da Coreia do Sul.

19 Sexta-feira

O sargento da GNR Aleixo dos Santos é condenado a 17 anos de prisão por homicídio não qualificado e profanação do cadáver de Carlos Rosa ■ O secretário-geral da Nato confirma a decisão da organização de se manter na Bósnia depois de Agosto de 1998 ■ Na África do Sul, a Comissão de Verdade e Reconciliação apresenta queixa contra o antigo presidente Pieter Botha por se recusar a testemunhar ■ A ETA reivindica o assassinato do vereador do PP José Luis Caso ■ O primeiro-ministro israelita afirma que a Cisjordânia é «uma parte de Israel» ■ Em Moscovo, a polí-

cia russa consegue libertar um diplomata sueco tomado como refém ■ Um acidente aéreo em Singapura causa a morte a mais de cem pessoas.

20 Sábado

Reunido em Mafra, o Governo define as suas prioridades para a segunda metade da legislatura ■ No Cairo, Yasser Arafat reafirma a «determinação» do povo palestino em «libertar a Cisjordânia» ■ Termina, em Montevidéu, a cimeira da Mercosul ■ A Organização Internacional do Trabalho afirma que 250 milhões de crianças trabalham em todos os cantos do globo.

21 Domingo

Volta a repetir-se o boicote às eleições autárquicas na freguesia de Olo, Amarante ■ Uma explosão na Fábrica de amoníaco da ADP-Adubos de Portugal, no Lavradio, causa dois feridos ligeiros e grandes danos materiais ■ O representante do secretário-geral da ONU para Timor-Leste termina a sua segunda visita ao território ■ Continuam os distúrbios nos subúrbios de Lyon, França, em protesto contra o assassinio de um jovem numa esquadrilha ■ As Forças Armadas da Nigéria, no poder há 27 anos, anunciam que fizeram abortar um golpe de Estado contra o presidente da República ■ Realizam-se eleições presidenciais na Lituânia e na Sérvia.

22 Segunda-feira

PS aguarda afixação dos resultados das eleições em Cantanhede - que atribuem vitória ao PSD - para entregar no Tribunal Constitucional o respectivo pedido de impugnação ■ Derrocada de um prédio na Rua das Necessidades, em Lisboa, deixa 12 pessoas sem casa ■ Forte pluviosidade provoca isolamento de povoações de Santarém ■ Em Jacarta, quatro timorenses são condenados a 12 anos de prisão por participação em actividades da resistência armada ■ Bill Clinton visita a Bósnia ■ É confirmada na Sérvia a eleição para a presidência da República do socialista Milan Milutinovic... ■ ... e, na Lituânia, é Arturas Paulauskas o candidato melhor colocado para a 2ª volta das eleições presidenciais, com 45,43% ■ Termina no Kweit a cimeira anual do Conselho de Cooperação do Golfo, com o pedido ao Iraque para cumprir as decisões da ONU.

As eleições para os órgãos das autarquias locais realizaram-se há pouco mais de uma semana e os factos já aí estão a dar razão às preocupações manifestadas e aos alertas formulados pelo PCP para o período pós-eleitoral.

Fazendo uma leitura abusivamente exagerada dos resultados positivos que obteve, que ficaram contudo bastante aquém do que julgava possível, o PS cresce em suficiência, arrogância e truculência.

No campo mais estritamente eleitoral, não hesita em lançar-se em baixas manobras de intrigas e suspeições para tentar ganhar na secretaria, para mais fiado na influência do poder, o que perdeu no terreno, como aconteceu em Mértola, no Barreiro e em Odivelas, neste caso visando a Câmara de Loures.

Mais graves ainda são as ilações que o PS e o seu Governo pretendem retirar dos resultados eleitorais querendo propagandear que eles demonstram que o país aprova a política governamental.

O primeiro-ministro António Guterres já tinha ensaiado essa abusiva exploração dos resultados na própria noite do apuramento, quando quis apresentá-los como «um facto histórico» por, «pela primeira vez» depois do 25 de Abril, o partido de governo ganhar as eleições autárquicas a meio da legislatura (o que nem sequer é verdade), ao mesmo tempo que formulava a exigência de que os partidos da oposição «devem contribuir» «para que o PS possa cumprir o programa do Governo».

Foi, contudo, no bucólico Conselho de Ministros do passado sábado, na Tapada de Mafra, que o Governo, através do novo porta-voz, Jaime Gama, exagerou ainda mais esta exploração ao afirmar, entre outras coisas, que o «expressivo sufrágio» constitui «uma força que nos foi transmitida para continuarmos a governar bem». Quer dizer, para prosseguir a política de direita que nas linhas essenciais herdou dos governos de Cavaco Silva.

O PCP tinha alertado insistentemente para o risco desta demagógica e ilegítima leitura do resultado das eleições durante toda a pré-campanha e a campanha eleitorais.

No comunicado da reunião do Comité Central do passado dia 16, o PCP volta à questão, já em resposta aos primeiros ensaios do PS, para afirmar «que rejeita frontalmente a tentativa do PS para apresentar o seu bom resultado global como exprimindo um apoio activo à sua acção governativa».

Não deixa de ser muito significativo que, querendo o PS forçar uma leitura dos resultados das eleições autárquicas como manifestação de apoio ao Governo e à sua política, não compare os resultados de agora com os das legislativas de 1995 que lhe permitiram formar governo, mas que vá compará-los com os bastante mais baixos das autárquicas de 1993.

A razão é muito clara: é que em relação a 1995 o PS perdeu quatro pontos percentuais e meio milhão de votos.

Além disso, os resultados de 14 de Dezembro, como é próprio da especificidade das eleições para as autarquias locais, são contraditórios de município para município, uma vez que vários factores, também contraditórios, intervêm na

escolha do eleitorado. No quadro desta diversidade, não deixam contudo de sobressair as derrotas do PS na área metropolitana do Porto e no Algarve, nem o facto de o PS ter estado à beira de perder a maioria das câmaras.

Isto não põe em causa, é claro, o resultado positivo que o PS arrecadou.

Mas o Governo e os dirigentes do PS não convencem ninguém se pretendem demonstrar que a votação para as autarquias significa qualquer concordância com a política de direita que prosseguem e que é responsável pela ineficácia do combate ao desemprego, pela precarização do trabalho, pelo congelamento de salários, pelos irrisórios aumentos das reformas, pelo incumprimento das 40 horas, pelo ataque aos direitos dos trabalhadores, pelo aumento das propinas no ensino superior, pelas ameaças ao sistema público de segurança social, pelas privatizações delapidadoras do património público, pela política de integração europeia que hipoteca crescentemente a soberania e a independência nacionais.

É igualmente evidente que o voto do eleitorado em 14 de Dezembro não representa nenhum consentimento ao inaceitável aumento de 2,5 por cento que o Governo insiste, já após aquela data, em impor à função pública, para depois servir de referência para os demais trabalhadores, nem à vaga de aumentos de preços que se preparam para o início do ano, como o PCP insistentemente advertiu.

A este propósito o PCP deixou clara a sua posição, ao salientar no comunicado da já referida reunião do Comité Central: «seguramente com uma compreensão e um apoio activo que ultrapassa largamente a sua influência eleitoral, o PCP continuará a combater firmemente, em todos os planos da sua intervenção, uma política que nas suas opções e orientações essenciais prossegue a política antes seguida pelo PSD».

Um outro exemplo muito ilustrativo de como os factos dão razão às preocupações e aos alertas do PCP é o que se passa com a regionalização. Durante a

campanha e a pré-campanha eleitorais o PCP preveniu insistentemente para os propósitos do PS de meter a regionalização na gaveta mal passassem as eleições autárquicas.

Muita gente observava: mas não pode ser, há os compromissos assumidos nos «estados-gerais» e retomados no programa do Governo. Outros também comentavam: não pode ser, há as juras do primeiro-ministro António Guterres e do ministro Jorge Coelho, tendo este fixado o referendo para 25 de Abril de 1998 e anunciado que se demitiria se a regionalização não fosse para a frente.

Pois o Governo acaba de definir, no tal Conselho de Ministros da Tapada de Mafra, as suas prioridades e grandes actuações para o próximo ano e, a avaliar pelo que foi dito à imprensa pelo porta-voz, mesmo depois de perguntas concretas dos jornalistas, a regionalização não consta nem de umas nem de outras.

Neste caso, e infelizmente, a política da gaveta funcionou ainda mais cedo do que seria de esperar.

Mais uma vez, os factos deram razão ao PCP, às suas previsões, preocupações e advertências. A circunstância de estas não terem merecido toda a atenção de parte do eleitorado torna a luta mais difícil, mas os mesmo factos estão a exigir que ela prossiga, se desenvolva e intensifique.

Mais uma vez, os factos deram razão ao PCP, às suas previsões, preocupações e advertências. A circunstância destas não terem merecido toda a atenção de parte do eleitorado torna a luta mais difícil, mas os mesmo factos estão a exigir que ela prossiga, se desenvolva e intensifique.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nem no Natal

A reunião do Conselho de Ministros de blusão não poupou a oposição.

Nem no Natal, período por excelência propício à trégua, que em tantos casos como a história regista interrompeu guerras sangrentas e pôs pausa nos mais acirrados conflitos, nem no Natal, dizíamos, o Governo abandonou o ar brigão, implicativo e provocador com que parece ter substituído a «vocação para o diálogo».

Nem sequer a circunstância de Jaime Gama se inaugurar como porta-voz governamental, que recomendava uma demonstração de boas maneiras, o impediu de pretender ralhar e dar lições aos partidos que não apoiaram o Governo.

O Governo PS cai assim, crescentemente, naquilo que o PS tanto criticou aos governos PSDs: em vez de governar, quer armar-se em oposição da oposição.

O primeiro-ministro parece querer transportar para a gestão corrente o estilo das intervenções cometidas durante a campanha eleitoral autárquica, quando não hesitou sequer em apelar ao voto no PS a partir do Palácio de Belém, após uma audiência com o Presidente da República.

O argumento da «estabilidade» que serviu de pretexto aos descarados e antidemocráticos apelos eleitoralistas de Guterres é o mesmo que Gama usa agora para recomendar à oposição que se limite a credibilizar-se «pelo mérito das suas propostas», a «capacidade de construir alternativas» e que espere dois anos pelas próximas legislativas.

Quem é que não se lembra de já ter ouvido esta cantiga? A novidade é a de ser agora cantada pelo PS. Em que cartilha democrática terá aprendido esta negação do papel fiscalizador, de crítica e contestação que cabe à oposição?

Há que registar, no entanto, uma certa mudança de tom. Enquanto na noite das eleições ao fazer o «discurso da vitória» Guterres implicou com as oposições deixando a ameaça velada de que se estas não se portassem bem o PS forçaria eleições antecipadas, agora na Tapada de Maфра a ameaça parece ter caído.

Uma melhor leitura dos resultados das eleições deve ter convencido os dirigentes do Largo do Rato, que eles não dão margem para grandes aventuras. Ora quem afinal tem insistentemente ameaçado desestabilizar o

calendário eleitoral é o PS e o seu Governo, com a miragem da maioria absoluta, que o dia 14 de Dezembro não permite mais alimentar.

O primeiro-ministro e o seu «estado-maior» não esquecem que o Governo é minoritário em S. Bento e a aprovação de leis contra a vontade do Governo, como aconteceu com a que visa abolir as portagens da auto-estrada do Oeste, pode acontecer a qualquer momento, com toda a legitimidade.

A gritaria do PS contra as «coligações negativas» não tem que ver com o cumprimento do programa do Governo, que é ele o primeiro a não cumprir como se vê com a regionalização. Tem visto, sim, pressionar ilegitimamente as oposições para que não coloquem o Governo em minoria.

E não será também uma pressão ilegítima essa do primeiro-ministro ir declarar a Belém, depois da lei das portagens ter passado no Tribunal Constitucional, que o problema desta lei não é constitucional é político?

■ Carlos Brito

«E no entanto – move-se!»

Com esta frase reafirmou Galileu perante o Tribunal da Inquisição a sua convicção científica de que é a Terra que se move em torno do Sol e não o inverso, como dizia a Bíblia.

A frase de Galileu é hoje aplicável aos movimentos da sociedade contemporânea. Ao contrário do que afirmam os dogmas das Bíblias anti históricas das forças dominantes, os seus respectivos tribunais de inquisição ou os contentismos retóricos post-eleitorais de tipo guterrista que agitam os seus defensores - o movimento das forças sociais motrizes não se detêm, mesmo quando não seja aparente nem imediatamente visível.

As leis das ciências sociais não são mecanicamente determinadas, como numa engrenagem de relógio ou num sistema solar. Para a sua verificação não basta só o sentido de observação e a elaboração teórica de um Galileu. É essencial um outro factor: ter em conta a acção humana, com múltiplas e diversas possibilidades de comportamento. Ou seja: a luta social, política, ideológica.

Se hoje todos reconhecem na frase de Galileu um facto básico do conhecimento científico, dificuldades e obstáculos no caminho para uma expressão mais provavelmente exacta da realidade do mundo objectivo são mais particularmente assinaláveis em ciências como a economia, a sociologia, a política onde mais facilmente sobrevivem fanatismos e obscurantismos. Não só pela sua natureza e desenvolvimento histórico, como porque respondem a questões e conteúdos directamente relacionados com interesses contraditórios de diferentes classes, grupos, e até individualidades - com as suas próprias expressões sociais.

Esse é, precisamente, o campo da nossa acção, para trazer à prática as teorias da transformação social num sentido progressista - isto é: que

melhor responda às necessidades, aos anseios e à mais plena realização do potencial de capacidades existentes nos seres humanos no seu conjunto.

Apesar das dificuldades dos tempos actuais, as mobilizações populares, as lutas e movimentações reivindicativas, cívicas, regionais e sectoriais que nos últimos meses ganharam expressivo relevo (função pública, mineiros, estudantes, agricultores, populações - não devidamente reflectidas em geral nos grandes meios de informação) demonstram que na sociedade portuguesa há reais forças em movimento, com um potencial determinante para a necessária alteração na correlação de forças.

«No entanto - move-se!» - podemos pois afirmar, como Galileu. Conclusão fundamental para qualquer balanço de fim de ano que se queira fazer, como manda a tradição.

Mas para além de balanços a curto e médio prazo, bom será inseri-los numa perspectiva mais larga, aberta, luminosa. E para isso não será descabido apelar ao apoio da poesia:

*Para nós o passado e o presente
são futuro no qual o povo pega
Com as suas mão de luz incandescente
que aquece que deslumbra mas não cega*

*Para nós não há tempo. O tempo é vento
soprando ano após ano sobre a história
que para nós é vida e não memória.**

(*) Extracto do poema «NA PASSAGEM DE UM ANO» de José Carlos Ary dos Santos

■ Aurélio Santos

CHILE Mudança

O significativo progresso eleitoral do Partido Comunista do Chile que, em condições extraordinariamente difíceis, disputou as eleições legislativas há dias realizadas, é um elemento de destaque, entre outros dos resultados eleitorais, que testemunham uma vontade de mudança real no Chile.

Com efeito, o fim da ditadura de Pinochet - passo importante para a democratização do Chile - não originou alterações de fundo no sistema político, económico e social. A manutenção em vigor da mesma Constituição, do mesmo Código do Trabalho, de presos políticos, da tutela das Forças Armadas sobre o poder legislativo, são aspectos reveladores dos compromissos que os partidos da Concertação (PS incluído) fizeram para o chamado período de «transição democrática». A situação económica é hoje caracterizada por uma crescente dependência do exterior, determinada pelo objectivo do Chile integrar o NAFTA. Desindustrialização, privatização dos sectores básicos da economia, vida económica dominada pelas transnacionais, assenta na exploração dos trabalhadores, na restrição de liberdades e na repressão. Crescem as desigualdades sociais, enquanto diminuem as funções sociais do Estado. Mas, entretanto, desenvolve-se a luta reivindicativa nos locais de trabalho e com acções de rua. Mineiros do carvão protestam contra o encerramento das minas, estudantes lutam pelo prestígio da Universidade Pública, populações mobilizam-se face às inundações, são exemplos do desenvolvimento da luta de massas, ligadas ao reforço do movimento sindical e de outras estruturas populares.

Foi neste quadro que se realizaram as eleições. Com um sistema eleitoral binominal (eleição de 2 deputados por circunscrição) que, favorecendo o bipartidarismo anula o carácter representativo dos órgãos eleitos. De tal forma que o PC Chile com um crescimento da ordem dos 11% do seu eleitorado (336 para 389 mil votos), e uma subida de 6 para 7,5% da totalidade dos votos expressos, não elegeu nem deputados nem senadores. Gladys Marin, Secretária-Geral do PCC, que obteve em Santiago do Chile 171.740 votos e 16%, não foi eleita senadora, enquanto 16 senadores foram eleitos com menos votos. Outros candidatos comunistas atingiram 18 e 17%. Se no Chile funcionasse o sistema eleitoral proporcional, os comunistas e seus aliados (independentes e dissidentes do PS) teriam eleito 9 deputados (em 120) e 2 senadores (em 20; sendo os outros nomeados pelas FFAA). Entretanto, a Concertação, que rejeitou um acordo nacional proposto pelo PCC - que visava compromissos para pôr fim ao sistema binominal, aprovar um novo Código do Trabalho e tomar medidas sociais e de respeito pelos direitos humanos - sofreu um forte retrocesso com a perda de 850 mil votos. Também a extrema-direita - que procura instalar na opinião pública a imagem de grande vitória - perde 400 mil votos, mas ... aumenta a sua representação, aproveitando-se deste sistema eleitoral desenhado por Pinochet e que se mantém. A abstenção, os votos nulos e brancos e a não inscrição nos cadernos eleitorais de 1 milhão e 400 mil cidadãos aparecem como sinais de descrédito do sistema político e eleitoral.

É evidente o carácter profundamente antidemocrático do regime chileno. Sem órgãos de fiscalização democrática, com um Senado dominado pela direita, um parlamento dominado pelo Senado e com um Conselho de Segurança Nacional que tutela o Presidente da República, a vida política no Chile continua submetida às Forças Armadas. E o sistema eleitoral não proporcional - instrumento actual do capitalismo para favorecer a continuidade no poder dos partidos que defendem os interesses do grande capital, como procuram o PS e o PSD, neste preciso momento, aprovar em Portugal - origina as deformações de representação atrás referidas.

Por isso, o notável êxito político da esquerda chilena, nestas eleições, constitui certamente um importante passo na construção duma alternativa democrática, de progresso e justiça social. Com o Partido Comunista do Chile como a força decisiva para congregar os esforços necessários à unidade de todos os que anseiam e lutam por uma viragem política de fundo, com a convicção que o Chile mudará.

■ Manuela Bernardino

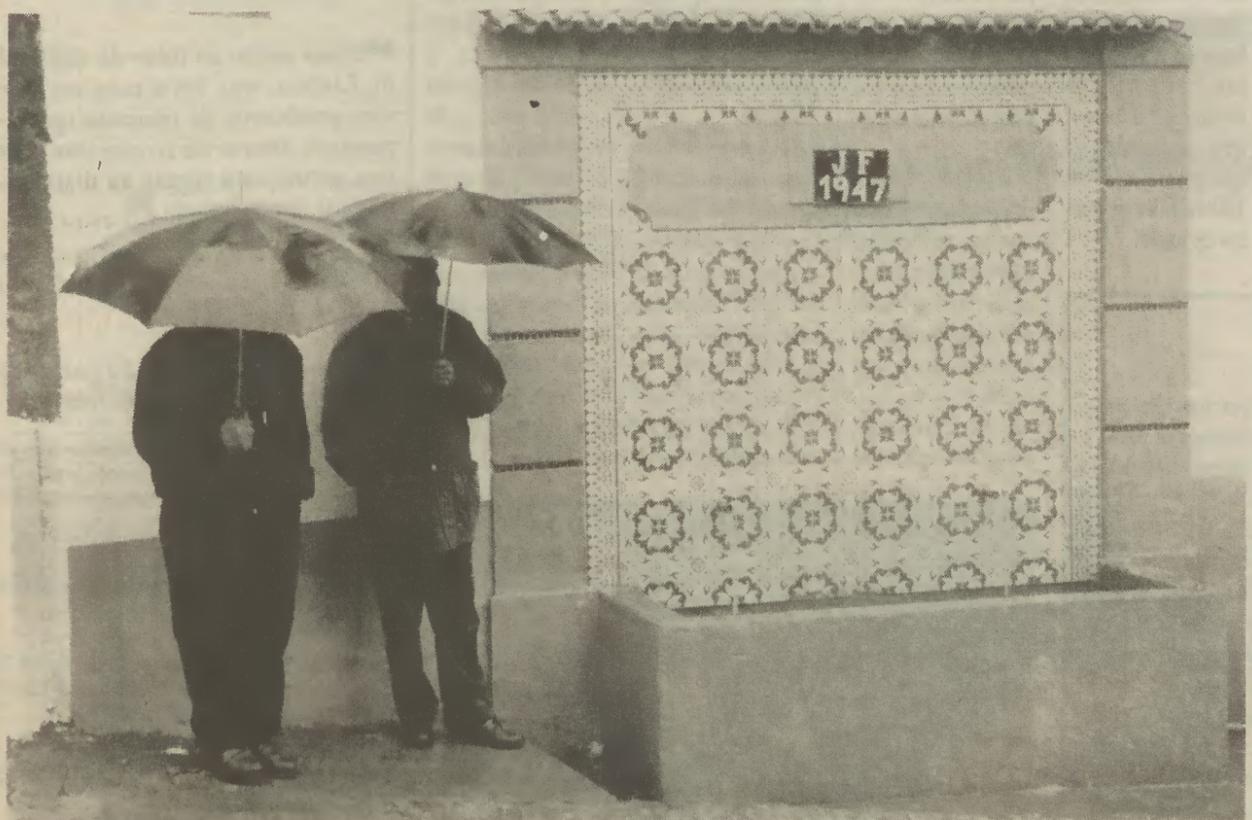


Foto: Sérgio Morais

SEMANA

Confusão nos voos entre o Porto e os Açores

Neste fim-de-semana, centenas de passageiros que queriam viajar nos dois sentidos da rota aérea Porto-Ponta Delgada ficaram retidos, quer no aeroporto das Pedras Rubras, no Porto, quer no aeroporto de Ponta Delgada, sem que a TAP, que detém a exclusividade desta rota, houvesse explicado cabalmente aos atingidos as razões dos atrasos e adiamentos que forçaram centenas de pessoas a permanecer longas horas dentro das aeronaves, nas salas de embarque ou, ainda, a serem «desviados» para hotéis sem qualquer explicação consis-

tente do que se estava a passar. Segundo os jornais, esta grande perturbação (que, aliás, não ocorreu pela primeira vez nesta rota) teve na origem a greve de zelo de uma semana desencadeada pelos controladores aéreos do aeroporto de Pedras Rubras, em luta para que se ponha em funcionamento o radar que, finalmente, foi instalado em Julho passado neste aeroporto, o segundo maior do País que, até agora, tem incrivelmente funcionado com os controladores aéreos a trabalhar na base de estimativas sobre as posições relativas dos aparelhos.



AltASEAN critica abusos na Birmânia e em Timor-Leste

Segundo despacho da LUSA, a organização de defesa dos direitos humanos «ASEAN Alternativa» (AltASEAN) condenou os países do Sudeste Asiático por ignorarem os abusos dos direitos individuais na região, especialmente na Birmânia e em Timor-Leste.

Um comunicado da AltASEAN acusa a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que encerrou terça-feira da semana passada em Kuala Lumpur a cimeira do seu 30º aniversário, de estar a negar a sua própria visão de paz e estabilidade regional.

«A ASEAN, como organização, está a ignorar deliberadamente sérias violações de direitos humanos e abusos de leis fundamentais que ocorrem na região», diz o comunicado, adiantando que «dois

casos que saltam à vista são a Birmânia e Timor-Leste, casos em que o fracasso da ASEAN (em tomar posição) demonstra falta de vontade e incapacidade de resolver as tragédias que ocorrem à sua porta».

A Birmânia foi admitida na ASEAN em Julho, apesar da oposição do ocidente e de activistas regionais, que condenam o regime de Rangoon pela violação sistemática dos direitos humanos fundamentais. A ASEAN agrupa também o Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Laos, Singapura, Tailândia e Vietname.

O caso das violações de direitos humanos em Timor-Leste pela Indonésia é apontado pela AltASEAN como um exemplo grave, por se tratar de um dos países fundadores da ASEAN a praticar abusos num território

anexado pela força militar.

O comunicado da AltASEAN classifica ainda como uma «alucinação» a ideia de um Sudeste Asiático «em paz consigo mesmo», avançada na cimeira de Kuala Lumpur pelo primeiro-ministro da Malásia Mahathir Mohamad sob a palavra de ordem «Visão 2020».

«Se os governos da ASEAN são sinceros sobre a «Visão 2020», têm de actuar segundo o princípio de que os povos são mais importantes que os regimes. Até que isso aconteça, a região tem de sofrer as consequências da arrogância do autoritarismo», lê-se no documento.

A cimeira de Kuala Lumpur centrou-se, sobretudo, nas questões económicas, com poucas referências às relacionadas com direitos humanos.



Universitários pessimistas com futuro do Ensino

Realizou-se em Aveiro, durante dois dias, um Encontro Nacional de Estudantes Universitários, onde participaram não apenas representantes da generalidade das Associações Académicas das Universidades portuguesas, como numerosos professores. No

final do Encontro o balanço saldou-se numa forte contestação à política de Educação prosseguida por este Governo, que «perdeu o crédito» junto dos alunos do ensino superior que, por isso, antevêm um ano lectivo de forte contestação. A controvérsia subiu de

tom em diversos painéis do Encontro, nomeadamente no que abordava «A participação do estudante universitário português na política de ensino». Aí, o presidente da Associação Académica de Lisboa, Rui Morais, acusou o Governo de «legislar a duas velocidades», denunciando que as reformas prometidas antes da fixação das propinas acabaram por não ser concretizadas, tal como não foram regulamentados os anunciados empréstimos a estudantes, matérias que estão a causar profundo desagrado entre os estudantes.

des», denunciando que as reformas prometidas antes da fixação das propinas acabaram por não ser concretizadas, tal como não foram regulamentados os anunciados empréstimos a estudantes, matérias que estão a causar profundo desagrado entre os estudantes.



Bancos nacionais monopolizam mercado

Segundo um dossier do Diário de Notícias dedicado à actividade bancária no nosso país, os bancos estrangeiros a operar no nosso país estão a «sentir dificuldades» na chamada «área do retalho» (a que se dirige aos pequenos e médios clientes - afinal, a maioria dos utilizadores da banca), estando, por isso, a redefinir a

sua estratégia para outras áreas, nomeadamente para a dos chamados «grandes clientes», onde o capital transnacional está muito mais à vontade para aplicar as suas estratégias. Esta fraca implantação estrangeira na «área do retalho» é atribuída à grande concentração bancária verificada em Portugal com a política das privatizações,

fazendo surgir vários grupos monopolistas que já controlam, efectivamente, a vida económica e financeira do nosso país.

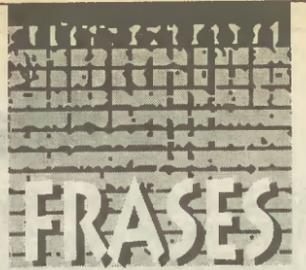
Fica, entretanto, muito claro que todos os operadores - nacionais ou estrangeiros - continuam a arrecadar lucros fabulosos com a manipulação financeira no nosso país: de acordo com

dados da Associação Portuguesa de Bancos (APB), em 1996 os lucros totais das 15 instituições bancárias estrangeiras a operar em Portugal ascenderam aos 9,5 milhões de contos, enquanto os bancos nacionais arrecadaram «o resto» do «bolo», que ascendeu a 180 milhões de contos de lucro.

Morreu Antunes da Silva

Com 76 anos de idade, morre em Évora, sua terra natal, o escritor Antunes da Silva, romancista, contista e poeta, que a si próprio se definia como «escritor regionalista», subcorrente integrada no neo-realismo. O autor de *Suão* escreveu em 1948, na revista *Vértice*, que «o escritor regionalista de hoje deve procurar actuar principalmente no convívio com as realidades do seu tempo, não se importando com as críticas que pretendam fazê-lo desprezar a riqueza humana da sua sensibilidade». Recebeu muitos prémios e distinções, nomeadamente das Casas do Alentejo de Lisboa e Toronto e

a Medalha de Mérito Municipal em 1991. Em toda a sua obra - incluindo as numerosas reportagens e crónicas que escreveu ao longo da sua vida para a revista *Vértice*, o jornal diário, *O Diabo*, *Sol Nascente* e outras publicações -, nunca se desviou do conceito que tinha de «escritor regionalista», atento e actuante na realidade que ele próprio vivia, produzindo trabalhos de grande riqueza documental e forte intervenção política, com relevo para os textos sobre a Reforma Agrária na Revolução de Abril, reunidos no livro *Terras Velhas Semeadas de Novo*.



“Nos países de língua inglesa, o esbatimento das fronteiras ideológicas entre os partidos centrais dá lugar a uma cerrada rivalidade e controlo mútuo em termos de políticas públicas e capacidade de gestão. Seria desejável que isso também ocorresse entre nós.”

(João Carlos Espada - «Público», 22.12.97)

“A «conjuntura» política saída das eleições pode ser muito favorável ao Governo; por isso, ninguém precisava de saber que António Guterres, além de se assemelhar a Cavaco Silva na governação, também se parece com ele na concepção absolutória do apoio parlamentar.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 21.12.97)

“Coloquei esperanças em Guterres, mas perdi-as antes das eleições. O que aconteceu não me surpreendeu. Surpreendeu-me, talvez, o grau, mas não a orientação. Já tinha indicações de que António Guterres era uma pessoa conservadora.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Semanário», 20.12.97)

“O traço singular da nossa sociedade, a ter um, é a distância entre a elite e o povo, que nos distingue notoriamente dos outros países da União Europeia. É uma marca sociológica cuja causa, ou indicador objectivo mais espectacular, de há cem anos para cá, são os níveis de instrução ou, melhor dizendo, os níveis de literacia e de ileteracia, mesmo comparando com os nossos parceiros mais próximos, inclusive a Grécia.”

(idem)

“Este senhor está a mais no partido.”

(José Raul dos Santos, PSD, referindo-se a Pacheco Pereira)

“Devo muito ao líder da distrital de Lisboa, que foi o meu melhor vice-presidente de bancada (parlamentar). Mas se ele tivesse tido uma boa actuação à frente da distrital, não me candidataria.”

(Duarte Lima, PSD, citado em «Público», 22.12.97)

“Embora por vezes não pareça, o PSD é uma família muito unida.”

(Paulo Pereira Coelho, líder da Distrital do PSD-Coimbra, citado em «Público», 20.12.97)

“Os meus maiores inimigos estão no PSD”

(Pedro Santana Lopes - «Tal & Qual», 19.12.97)

“A AD não faz sentido, pois este PP é inútil.”

(Luís Filipe Menezes - «O Independente», 19.12.97)

TRABALHADORES

Falências e encerramentos de empresas no distrito de Lisboa

13 milhões de contos por pagar a mais de 10 mil trabalhadores

Em plena época natalícia, a União dos Sindicatos de Lisboa decidiu chamar a atenção da opinião pública e do poder para a «marcha acelerada de muitas famílias para a pobreza», enquanto «o patronato jamais foi penalizado por condutas, muitas vezes, até lesivas da legalidade».

«Alguém pretende que esta situação seja uma fatalidade» — admitiu Arménio Carlos, respondendo a uma pergunta do «Avante!». «Mas o movimento sindical não vai deixar estes trabalhadores sem apoio, vamos continuar com eles na luta por aquilo a que têm direito», sublinhou o coordenador da USL/CGTP-IN.

Na conferência de imprensa que deu na passada sexta-feira, a USL apresentou um levantamento efectuado junto de doze sindicatos, que compilaram os casos de dívidas aos trabalhadores existentes em cada sector por motivo de falência ou encerramento de empresas.

Juntamente com os dirigentes sindicais, estiveram trabalhadores da Pio Barral Marques, Amadeu Gaudêncio, Sociedade Industrial Aliança e J. Soares Caldeira. Desta

forma, a USL pretendeu salientar que a cada número contabilizado corresponde o drama de uma pessoa ou de uma família, mas também a firme disposição de continuar a lutar pelo pagamento dos salários e indemnizações em dívida, por celeridade na resolução judicial dos processos e por alternativas de emprego.

Dado que muitos dos trabalhadores atingidos têm já mais de 45 anos de idade, é ainda admitida, em alguns casos, a

«passagem a uma reforma digna», o que significa que «não devem ser penalizados na reforma por, nestes últimos anos, terem sido impedidos de trabalhar», explicou Arménio Carlos.

Injusto e desumano

Para a União dos Sindicatos de Lisboa, os montantes envolvidos, o número de trabalhadores atingidos, a lentidão provada da Justiça e as consequências sociais e económicas deste problema mostram «uma sociedade muito injusta e que compromete o futuro, se não de si próprio, pelo menos de uma parte dos seus cidadãos».

O encerramento de empresas e as falências, que são «já de si, penosas para quem trabalha», acabam por se tornar «profundamente desumanos pela própria circunstância do atraso de anos sem pagamento das dívidas aos trabalhadores», protesta a USL, sublinhando

que «há processos pendentes desde 1980!»

A estrutura distrital da CGTP reconhece que os tribunais «trabalham sem meios humanos, materiais e de simples instalações», pelo que entende que «a responsabilidade é política»: «Já não é apenas o patronato, mas é tam-

bém o Estado que não respeita os trabalhadores nem dignifica o trabalho».

Os trabalhadores, recorda a USL, «começaram por não receber os salários, depois ficaram sem emprego, para depois se encontrarem sem alternativas», o que ocorre num quadro que lhes é «alta-

mente desfavorável», situação evidente no facto de o patronato não ser penalizado.

A União dos Sindicatos de Lisboa afirma ainda que um dívida tão volumosa e que se arrasta há tantos anos traz graves prejuízos à economia da região, «que não beneficia da circulação do dinheiro».

Plano para uma solução urgente

A União dos Sindicatos de Lisboa vai solicitar entrevistas aos ministros da Economia e da Justiça, ao Procurador-Geral da República e ao Provedor de Justiça, para dar a conhecer o levantamento efectuado e reclamar «a urgente tomada de medidas» que resolvam esta situação e previnam a sua eventual repetição no futuro.

Nos processos de reestruturação de empresas e sectores em crise, defende a USL, é «fundamental» garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores — designadamente o direito a um emprego, o direito a receber um salário justo no fim de cada mês, o direito a uma formação profissional atempada e adequada de forma a responder cabalmente às novas exigências do mesmo posto de trabalho ou de um novo.

Com estes pressupostos, a USL/CGTP aponta quatro medidas concretas:

- a rápida constituição de um **fundo de garantia salarial** que proteja os créditos dos trabalhadores em caso de falência, insolvência ou ausência de património;

- a **responsabilização**, solidária e pessoal, dos **administradores** ou gerentes de sociedades comerciais pelas dívidas laborais das empresas, tal como já se verifica quanto aos créditos do Fisco e da Segurança Social;

- a criação de **novos tribunais de trabalho**, de modo a dar maior celeridade à resolução dos processos pendentes;

- o princípio da **gratuidade do processo**, por parte do trabalhador, em todas as instâncias ou, no mínimo, a redução significativa do imposto de Justiça.

O top do escândalo

As maiores dívidas, por processo, referem-se à Fábrica de Loixa de Sacavém, à Sociedade Nacional de Sabões e à Eurofil. Por sectores, os maiores devedores são o comércio, escritórios e serviços (mais de 2 700 mil contos) e a indústria química e farmacêutica (quase 2 400 mil contos).

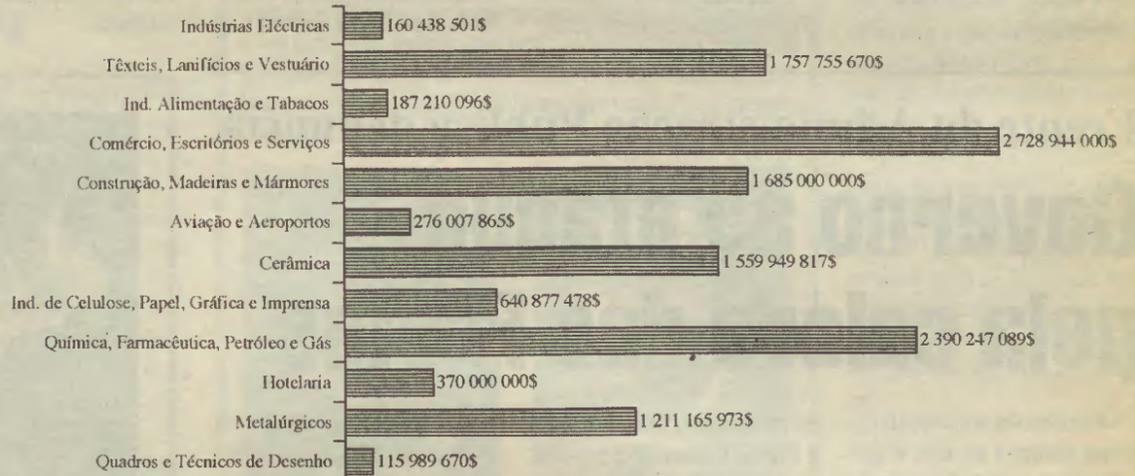
Pelo número de trabalhadores atingidos destaca-se a construção civil, madeiras e mármore.

No levantamento divulgado pela USL, há quase três dezenas de empresas cujos trabalhadores já deveriam ter recebido há mais de dez anos os pagamentos a que têm direito. Mas os 22 processos entrados só no ano que agora termina somam quase 650 mil contos.

As maiores

Milhares de contos	Empresa	Sindicato
1491	Fáb. Loixa Sacavém	Cerâmicos
1449	Soc. Nacional Sabões	Químicos
1157	Eurofil	Têxteis
600	Amadeu Gaudêncio	Construção
446	Soc. Com. Braz & Braz	Comércio
384	Icesa	Construção
350	SAAL	Hotelaria
350	Soc. Com. Abel Pereira da Fonseca	Comércio
300	ERG	Construção
258	Metalminer	Gráficos
240	Soc. Comercial Romar	Comércio
230	LAR/Euroair	Sitava
196	Tornearia Metais	Metalúrgicos
193	Nobre & Silva	Químicos
186	Soc. Ind. Aliança	Alimentação
182	JB Cardoso	Metalúrgicos
167	Copinaque	Gráficos
160	Rocha Amado & Latino, Lda.	Comércio
159	Fáb. Nacional Margarina	Químicos
148	Fnac	Metalúrgicos
131	Samexport - Lois	Têxteis
129	Emp. Lanifícios Tejo	Têxteis
125	Emp. Progresso Industrial	Metalúrgicos
114	Eurofil	Químicos
114	Frear	Químicos
110	Custódio C. Neves Lda.	Comércio
101	Nutripol	Comércio

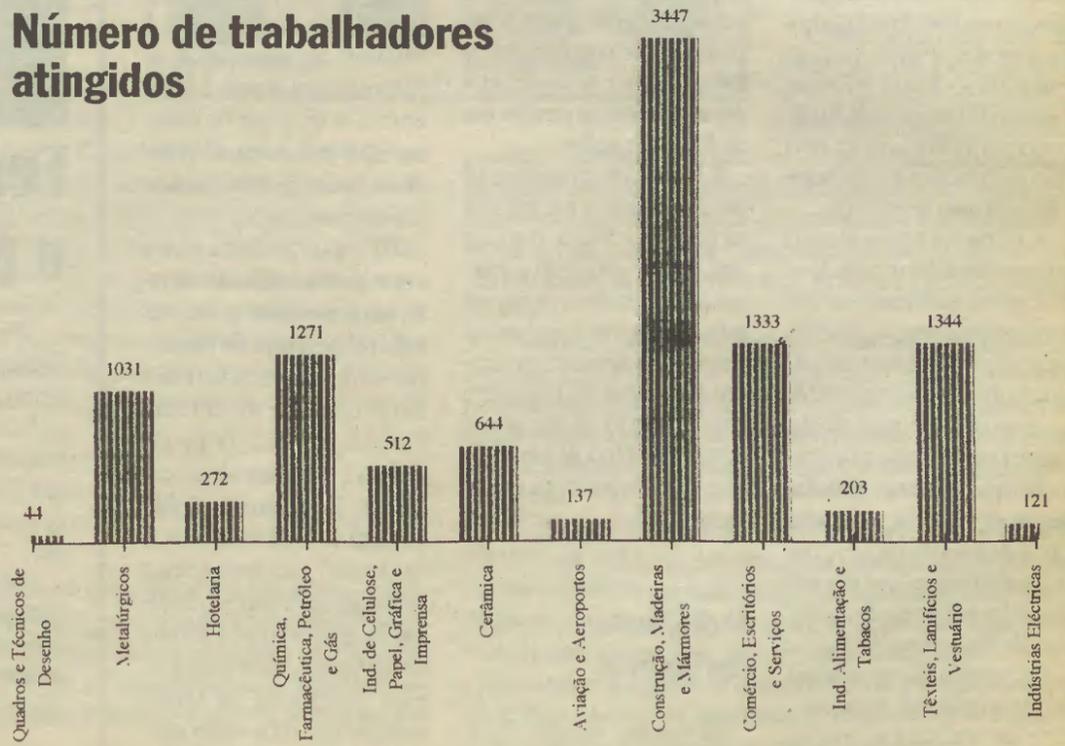
Montante de dívida por sectores



As de 1997

Empresa	Dívida (contos)
Construções Técnicas	8 000
Etiquetas B. Nascimento	308
Fonseca & Seabra	26 774
Olaio	33 932
Somec	511
Sotril	5 703
Tepclima	1 800
Lima & Lima	2 537
Duraplás	630
Tisa	11 450
Metalminer	257 979
José Medeiros	30 303
Magcop	1 184
Amigos do Livro Editores	12 000
Parodiantes de Lisboa	3 000
Pio Barral Marques	38 000
C. Dreydel	22 000
Acácio Jorge	24 000
Sandiecris Confecções	27 545
Serpa & Nunes	66 342
Fraep	40 181
JEM 10, Soc. Electromecânica	32 133
TOTAL	646 312

Número de trabalhadores atingidos



TRABALHADORES

CGTP aprova plano geral para 1998 Crescimento deve permitir melhoria dos salários

Apesar das restrições impostas e aceites em nome da moeda única, o Orçamento do Estado traça um cenário macro-económico favorável à luta dos trabalhadores, entende o Conselho Nacional da CGTP-IN, que na semana passada aprovou o plano geral de actividades da central para o novo ano.

No documento que traça as grandes linhas de acção da *Inter* para 1998, começa-se por constatar que o quadro global será marcado pela política de cumprimento dos critérios de Maastricht, tendo como perspectiva mais imediata a decisão que será tomada em Maio sobre os países que, a partir de 1999, integram o núcleo da moeda única.

Esta opção estratégica é reflectida no OE aprovado no Parlamento, o que leva à secundarização dos objectivos de coesão social e de convergência real da economia. Desta forma, refere a CGTP, caminha-se para a moeda única mas não se constrói uma economia sólida, competitiva e geradora de emprego.

Tal via significa, para a Intersindical Nacional, o prosseguimento de uma política que não favorece a valorização do trabalho nem o crescimento sustentado do emprego, que não combate as desigualdades e as injustiças sociais mas que, no essencial, satisfaz um patronato que continua a querer resolver os problemas da competitividade das empresas à custa da mão-de-obra barata e dos direitos dos trabalhadores.

A central entende, contudo, que, apesar de tais restrições, o OE traça um cenário macroeconómico favorável à luta dos trabalhadores, na medida em que antevê o crescimento económico e aumentos de produtividade. Só que as boas condições económicas perspectivadas para 1998 não têm a devida correspondência em termos de criação de emprego, de evolução dos salários e de diminuição das desigualdades na distribuição do rendimento - considerando a CGTP que, nestas áreas, as políticas do Governo se manifestam claramente insuficientes.

Estimando o crescimento da actividade económica em 3,8 por cento, e a inflação em 2 por cento, com uma quebra das taxas de juro, o Orçamento deveria permitir uma mais significativa melhoria do rendimento disponível real das famílias, reclama a central.

Também em termos de crescimento do emprego, a CGTP desejava uma política mais avançada, pois que os 1,1 por cento previstos para 1998 são mesmo inferiores aos 1,4 por cento de 1997.

Estas expectativas e reclamações são acrescidamente justifi-

cadas pela afirmação, feita no próprio OE, de que «os ganhos substanciais de produtividade, nomeadamente na indústria transformadora, acompanhados por uma desaceleração dos salários, se traduziram em 1997 numa redução significativa dos custos unitários do trabalho» - realça-se no documento que esteve em debate na quarta-feira da semana passada.

Prioridades

A intervenção sindical no próximo ano continuará a desenvolver-se com base nas decisões do último congresso da CGTP. Neste contexto, em 1998, as questões relativas à preservação do emprego com direitos e à luta contra o desemprego, o combate à precariedade, a redução dos horários de trabalho, a melhoria dos salários e uma maior justiça na distribuição da riqueza, a protecção social e as funções sociais do Estado constituem frentes de trabalho prioritárias.

Reafirmando a importância da acção sindical a nível de cada empresa e local de trabalho, o plano geral de actividades inclui a campanha de **eleição de delegados sindicais** e de **sindicalização**, a decorrer até Outubro próximo, e a intensificação da reestruturação sindical entre os processos e realizações que contribuirão para a melhoria e reforço da organização sindical.

Assim são também consideradas a **Conferência da Interjovem**, marcada para 28 de Março, e a **Conferência de Organização Sindical**, a realizar no final do ano.

No calendário de actividades da CGTP, a primeira iniciativa de 1998 será um debate sobre o novo regime jurídico da reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, agendado para 9 de Janeiro. De 12 a 16 do próximo mês será levada a cabo **uma semana em defesa da Segurança Social**, que a CGTP insiste em defender como património dos trabalhadores.

A 6 de Fevereiro, a central realiza um seminário sobre saúde, o 4º Encontro de Migrações e um seminário internacional sobre as condições sociais das mutações e modernizações sectoriais e intersectoriais no espaço euro-mediterrânico.

Emprego e política fiscal serão temas para dois debates em Março. Para Junho está prevista uma campanha nacional pela redução dos horários de trabalho. No primeiro semestre de 1998 a *Inter* promove uma conferência sindical sobre Segurança Social e um debate sobre os impactos do alargamento da UE; no segundo semestre terá lugar um debate sobre a redução do tempo de trabalho e o combate ao desemprego, e reunirá um encontro nacional sobre discriminações salariais.

Posse nos Bancários do Norte

A nova direcção do Sindicato dos Bancários do Norte, eleita a 11 de Dezembro, deveria tomar posse ontem, disse à Agência Lusa o presidente eleito, Firmino Marques.

A lista vencedora - que congregou sindicalistas das correntes unitária, socialista, social-democrata e democrata-cristã, bem como independentes - tinha convocado para sexta-feira uma conferência de imprensa, na sequência das dificuldades relacionadas com a cerimónia de posse, baseadas nos pedidos de impugnação do acto eleitoral apresentados pelas três listas derrotadas - como referimos na semana passada.

O encontro de dia 19 com os jornalistas foi desmarcado em cima da hora, tendo Firmino Marques afirmado à Lusa que o problema «deverá ficar resolvido hoje». «Temos indicações de que a Mesa da Assembleia Geral não vai encontrar motivos para dar seguimento aos pedidos de impugnação, pelo que a posse deveria ter lugar no início da próxima semana, não fazendo, por isso, sentido a realização da conferência de imprensa», frisou.

O Sindicato dos Bancários do Norte, que abrange todos os concelhos situados a Norte do distrito de Aveiro, tem cerca de 20 mil associados votantes, dos quais cerca de quatro mil são reformados.

Vigília na Esence

As trabalhadoras e o Sindicato dos Corticeiros do Sul decidiram realizar dia 18 uma vigília frente à sede da administração da Esence, em Lisboa - revelou a União dos Sindicatos de Setúbal.

Esta empresa perdeu em tribunal um processo relativo a categorias profissionais, mas, «numa atitude inqualificável e inadmissível em democracia, a administração pretendeu vingar-se, exercendo represálias sobre as trabalhadoras, entre as quais uma dirigente sindical, mandando-as cortar mato, em total desrespeito pela lei e os direitos dos trabalhadores» - lembra a USS/CGTP, numa nota de imprensa que fez chegar à nossa redacção.

«Perante tal prepotência patronal, os trabalhadores recusaram, com toda a legitimidade, ao que a empresa respondeu com um processo disciplinar para despedimento, impedindo a entrada das trabalhadoras na fábrica e discriminando-as», refere a União, detalhando que a discriminação na fábrica do Barreiro tem a ver com a recusa de lhes pagar os salários em atraso.

Sindicato e trabalhadores exigem que na Esence seja respeitada a lei, sejam imediatamente reintegradas as trabalhadoras e sejam pagos a todos os salários em atraso.

Frente da Administração Pública denuncia Governo ao ataque pela calada das Festas

«Para quem não mostrou pressa nenhuma até aqui, o que o Governo pretende é fazer passar, pela calada das festas natalícias, as suas inaceitáveis posições, quer nos salários, quer nas carreiras» - acusa a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, numa nota que divulgou após a ronda negociada da passada sexta-feira.

A estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores do Estado dos diferentes sectores reagiu assim à posição assumida na reunião pelo secretário de Estado da Administração Pública. Segundo a Frente Comum, Fausto Correia insistiu na tentativa de tentar «arrumar» **simultaneamente** a negociação dos salários e da revisão das carreiras, declarando mesmo que tencionava fazê-lo no actual período dos festejos de Natal e Ano Novo.

Declarando não ter dúvidas sobre o significado de tal interesse em acelerar um processo que antes das eleições o Gover-

no premeditadamente retardou, a Frente Comum diz esperar «que não seja verdade o afirmado pelo secretário de Estado, de que organizações que se dizem sindicais queiram misturar os dois processos e se disponham a dar ao Governo as prendas que ele lhes está a pedir».

A Frente Comum repudiou tal postura e anunciou que iria estar na próxima reunião, marcada para ontem, «exigindo a apresentação de proposta escrita por parte do Governo e procurando discutir com seriedade, no quadro do Acordo de 1996, com vista a defender os seus princípios em matéria de carreiras através da negociação subseqüente».

O deslante das décimas

Na nota que intitulou «baralhar para não dar de novo», a

Frente Comum refere que foi recebida dia 19 «para discutir a questão salarial para 1998», numa reunião marcada pelo Governo em que este «teve o deslante de "aumentar" a sua proposta de 2,4 para 2,5 por cento e de dizer que vai misturar, neste processo, o do Acordo de Janeiro de 1996 na questão das carreiras».

«O Governo tirou outra vez o mesmo coelho da cartola, para mascarar a sua inaceitável proposta de aumentos salariais», comenta o Secretariado da Frente Comum, que rejeita aquela mistura e realça que «o Acordo de 1996 foi um acordo global, no qual já o Governo havia "cobrado" compensações e contrapartidas, não se justificando, de todo, que o mesmo acordo sirva, mais uma vez, para "compensar" os baixos salários que o Governo quer impor».



Fenprof arma no ME o pinheiro das promessas

Três dezenas de dirigentes da Federação Nacional dos Professores deslocaram-se na semana passada ao Ministério da Educação, onde levaram a cabo uma vigília de protesto denunciando as promessas não cumpridas pelo Governo cujo primeiro-ministro, antes de o ser, declarava ser o ensino a sua paixão.

No dia 17, interrompendo uma reunião do Secretariado Nacional da Fenprof, os sindicalistas ergueram na Avenida 5 de Outubro um pinheiro de Natal, enfeitado com embrulhos simbolizando as promessas que a classe

docente ainda não viu cumpridas: a vinculação dos cerca de 40 mil professores com vínculo precário, a reestruturação da carreira docente, a contagem integral do tempo de serviço, a revisão da grelha salarial, a actualização para valores condignos das reformas degradadas, a abolição dos créditos.

Ao não cumprimento das promessas pré-eleitorais dos dirigentes do PS e actuais governantes, a Fenprof soma como factor agravante o facto de não terem sido apresentadas sequer propostas concretas para negociar a resolução dos problemas mais sentidos.

Organizações analisam resultados

As organizações do PCP iniciaram a análise aos resultados obtidos pela CDU nas respectivas freguesias e concelhos. Algumas delas, sem prejuízo de um estudo mais aprofundado, divulgaram já as primeiras conclusões que esses resultados lhes suscitam. Uma congratulam-se com o aumento de votos e de mandatos que obtiveram, outras manifestam-se insatisfeitas com os resultados. Todas, porém, ao mesmo tempo que saúdam o trabalho desenvolvido por candidatos e activistas da CDU, denunciam vários factores que, em sua opinião, «pesaram fortemente» nos resultados, como foi a utilização abusiva do aparelho do Estado pelo PS.

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP considera que a vitória da CDU em 27 das 47 Câmaras alentejanas, «deita por terra os objectivos do Partido Socialista de passar a ser a força maioritária no Alentejo», assegurando à Coligação «o direito democrático» à Presidência do Conselho da Região Alentejo e ainda à Presidência das Associações de Municípios dos distritos de Beja, de Évora e do Litoral Alentejano.

O PSD foi, contudo, para o OIRA, o partido mais penalizado, já que perde 4 das 7 Câmaras que detinha e mais de 23 por cento do seu eleitorado. Por sua vez, o PP «não só não ganha nenhuma Câmara, como perde quase metade do seu eleitorado».

Os comunistas consideram, porém, estes resultados «insatisfatórios». É que a conquista das Câmaras de Moura e Monforte ao PS e de Vila Viçosa ao PSD, a transformação de maiorias relativas em maiorias absolutas em muitos concelhos e a passagem de 3ª para 2ª força no distrito de Portalegre «não podem fazer esquecer a perda das Câmaras de Odemira, Cuba, Portel e Crato», cujo objectivo era manter e reforçar.

Perdas, aliás, cujas causas o PCP considera «muito importante» aprofundar, uma vez que nelas a CDU vinha realizando um «trabalho notável» ao serviço das populações.

Évora

A Direcção da Organização Regional de Évora fez também a sua própria análise e concluiu que a perda de um município (Portel) e de 11 freguesias, num total de 19 mandatos, representa um resultado «negativo», não obstante a CDU ter ganho uma nova Câmara (Vila Viçosa), 8 novas freguesias e a maioria absoluta em Estremoz.

Entretanto, a Coligação Democrática Unitária «continua a ser a maior força política no Distrito de Évora», detendo a maioria em 78 por cento dos municípios e 64 por cento das Juntas de Freguesia. E no que se refere ao número de mandatos, a CDU mantém a maioria tanto nas Câmaras (50,6%), como nas Assembleias Municipais (47,2%) ou nas Assembleias de Freguesia (48,9%), continuando a ser a força política do distrito mais votada (45%).

Independentemente de poder ter havido algumas deficiências de gestão ou de divulgação da obra realizada e de dificuldades no trabalho do Partido, a DOREV denuncia o recurso «à calúnia pessoal, à mentira e

CAMARADAS FALECIDOS

Beethoven Conceição Próspero

Faleceu recentemente, com 58 anos de idade, o camarada Beethoven Conceição Próspero. Pertencia à organização do Bairro das Palmeiras, Barreiro.

Carlos Alberto Pereira Teixeira

Faleceu no passado dia 14 de Dezembro, com 66 anos de idade, o camarada Carlos Alberto Pereira Teixeira. O camarada estava organizado na freguesia de Cascais.

Idalina Murta Coelho

Faleceu no passado dia 3 de Dezembro a camarada Idalina Murta Coelho. A camarada estava organizada na freguesia da Cova da Piedade onde era muito estimada. O seu funeral constituiu uma sentida manifestação de pesar.

Maria de Lurdes Ferreira Rodrigues

Com 65 anos de idade, faleceu a camarada Maria de Lurdes Ferreira Rodrigues. A camarada estava organizada no Bairro das Palmeiras, Barreiro.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ao abuso do poder» pelo PS, que deve também ser tido em conta na análise dos resultados.

Quanto às outras forças políticas, o PS «ficou aquém dos seus objectivos», o PSD «perde mandatos e votos» e o CDS, com o mesmo número de votos e mandatos, mantém «uma reduzida representação no distrito».

Aveiro

Também a Direcção da Organização Regional de Aveiro considera que a CDU no distrito não atingiu os objectivos globais que se havia proposto:

mais votos, mais autarquias de maioria CDU e mais mandatos nos órgãos do Poder Local. E, para além da descida de 30 para 26 nos mandatos directos em Assembleias de Freguesia, destaca como aspecto negativo a perda da maioria na freguesia de Pedorido e do vereador que tinha na Câmara Municipal de Espinho.

Entretanto, a DORAV do PCP considera positivo o aumento do número de mandatos em Assembleias Municipais - de 10 para 13 - e chama a atenção para o facto de, apesar de ter deixado de estar representada na AM de Ovar, a CDU ter aumentado o número de eleitos da CDU nas AM's de São João da Madeira e Ílhavo, mantendo os que já tinha em Águeda, Aveiro, Espinho, Estarreja, Feira e Mealhada.

O PCP no distrito vai aprofundar localmente esta primeira análise, entendendo, no entanto, ser possível referir desde já o peso negativo de factores como a «pressão bipolarizadora que se verificou», «a enorme desproporção de meios de campanha eleitoral» entre a CDU e as outras forças; a divulgação da ideia de que «todos os partidos são iguais»; a intervenção dos «órgãos e instituições do poder na campanha».

Coimbra

No distrito de Coimbra, a CDU atinge os seus objectivos, crescendo em votos e mandatos, designadamente em Montemor-o-Velho e Coimbra, e registando um aumento, em termos de eleitos, tanto nas Câmaras (+ 1 vereador), como nas Freguesias (+ 14) e nas Assembleias Municipais (+ 4). Ainda obteve a maioria numa freguesia da zona da Serra - Oliveira do Mondego - pela primeira vez, ganhou Ameal (Coimbra) e apoiou em Meruge (Oliveira do Hospital) a lista de Cidadãos Eleitores de Meruge que venceu as eleições.

Para a Direcção da Organização Regional de Coimbra é também de sublinhar o facto de Cantanhede, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra passarem a ter eleitos da CDU.

Entretanto, a DORC denuncia alguns factos que dominaram a campanha eleitoral, como seja a substituição da discussão dos problemas pela procura de impacte mediático por parte de alguns candidatos, a «promiscuidade na relação entre Governo e instituições dele dependentes», a «compra» de presidentes de Câmaras do PSD pelo PS, a desigualdade de tratamento das diversas forças em alguns órgãos de comunicação social. O que, aliás, não impediu o crescimento da CDU.

Faial

No Faial, apesar de não se ter modificado «a natureza e composição maioritária do poder local», as eleições mostraram existir, segundo a candidatura da CDU, «um novo enquadramento social e político»: tal como o PS e o PSD, a Coligação Democrática Unitária passou a ter assento na Câmara e uma percentagem de votos acima dos vinte por cento.



Isto significa que «existe uma larga faixa da população» que tem uma «visão diferente e nova» sobre a gestão municipal, «sinais de modificação» que a CDU, com o seu projecto autárquico e o reforço da «sua natureza de coligação entre partidos e independentes», soube interpretar.

A CDU repudia, pois, quaisquer «teorizações» no sentido de existirem «razões laterais» que levaram a que muitos independentes aderissem ao seu projecto, afirmando que essas razões «são tão de fundo e tão fortes» que tiveram a concordância não de 5,8 por cento, como em 93, mas de 22,3% dos eleitores.

De salientar é ainda o facto de a CDU ser a segunda força para a Câmara nas freguesias da cidade e ter tido uma enorme subida nas freguesias rurais, sendo que, no que respeita às Assembleias Municipais, duplicou a sua votação.

Contudo, para a candidatura da CDU no Faial, não é possível analisar os resultados eleitorais sem referir «as abusivas e ilegítimas interferências dos órgãos de poder, a todos os níveis, na formação da vontade dos cidadãos, em termos de opção de voto». Interferências «chocantes e inaceitáveis» que fazem temer a implantação no País de um «gravíssimo desvirtuamento democrático».

A terminar, a CDU informa que se irá transformar em *Grupo de Apoio aos Eleitos Autárquicos da CDU* e garante que não alimentará «nem a passividade nem a irresponsabilidade», assumindo plenamente as responsabilidades que assumiu para com os eleitores.

Lisboa

A Direcção da Zona Centro da Cidade de Lisboa analisou também os resultados eleitorais nos bairros históricos, que confirmam

a confiança da população na gestão da Coligação Mais Lisboa, onde os comunistas intervêm com «a sua identidade própria, com um largo trabalho e uma importante ligação às populações». Confiança, aliás, patente na votação obtida pela Coligação em Alfama, na Colina do Castelo e Mouraria, no Bairro Alto e Bica, na Baixa e Colina de Santana (56,4%).

Por outro lado, os resultados eleitorais revelam que a população «não esqueceu» que o PSD e o eng.º Ferreira do Amaral, enquanto Governo, recusaram sucessivas propostas do PCP para um esforço financeiro do Estado visando a recuperação dos bairros históricos da cidade, assim como de outras medidas positivas que teriam permitido recuperar mais habitações.

O PCP realça, entretanto, o resultado obtido na freguesia do Castelo (74,16%), que traduz o reconhecimento da população pelo importante trabalho realizado no domínio do património e da vida do bairro, designadamente pela actividade dos seus eleitos na Câmara e na freguesia, que «conceberam e tornaram real o Projecto Integrado do Castelo».

Como aspectos negativos, é referido o facto de a Coligação não ter ganho duas das dezanove presidências de Junta na zona - Coração de Jesus e Mártires -, e o aumento generalizado da abstenção.

Rectificação

Por um lamentável lapso, na edição do «Avante!» da semana passada, na relação dos Presidentes de Câmara eleitos pela CDU (pág. 11), o desaparecimento no texto de uma palavra - Évora -, levou a que o nome de Abílio Miguel J. D. Fernandes passasse a figurar como presidente da Câmara de Estremoz, ao mesmo tempo que desaparecia o nome do presidente deste município.

Pelo lapso apresentamos as nossas sinceras desculpas aos leitores do «Avante!» e aos camaradas envolvidos. E, procedendo à sua correcção, informamos que o Presidente da Câmara de Estremoz é correctamente Luís Filipe Pereira Mourinha, mantendo-se Abílio Miguel J. D. Fernandes como Presidente da Câmara de Évora.



Abílio Fernandes



Luís Mourinha

ASSEMBLEIA

Em causa trabalho clandestino e permanência no País

Governo hostiliza imigrantes

O Governo continua insensível à discriminação de que são alvo os trabalhadores imigrantes nos locais de trabalho. Mais grave ainda é a atitude por si evidenciada não apenas em manter todos os mecanismos discriminatórios como a sua falta de interesse em combater o trabalho clandestino. Inevitável, esta é a conclusão a tirar do debate que sobre esta matéria concitou a atenção do Parlamento numa das sessões plenárias da semana transacta. Em discussão estiveram quatro diplomas da iniciativa do Governo, do PCP e do Partido Ecologista "Os Verdes".

Para a bancada comunista - e era esse o objecto do seu projecto de lei - tratava-se de proceder à revogação do decreto-lei que proíbe desde 1977 as empresas de contratar cidadãos não nacionais em número superior a dez por cento dos trabalhadores ao seu serviço. Nos seus objectivos, por outras palavras, os deputados comunistas visavam adequar a lei ordinária aos dispositivos constitucionais em matéria de igualdade de direitos entre os cidadãos nacionais e estrangeiros, garantindo desse modo a todos os trabalhadores residentes no nosso país o acesso ao trabalho em condições de igualdade.

Assim o não entenderam as bancadas socialista e do PSD que, ao inviabilizarem com os seus votos o projecto comunista (aquela com a abstenção, esta com o voto contra), mantêm incólume um quadro legal que dá cobertura às discriminações no local de trabalho, do mesmo modo que não assegura direitos iguais a todos os trabalhadores.

Com efeito, ao não levar em conta a realidade de diversos sectores económicos que recorrem a um número muito significativo de trabalhadores originários de países da CPLP, como assinalou no debate o deputado comunista António Filipe, o decreto-lei em vigor afirma-se como um "poderoso incentivo ao trabalho clandestino, sem direitos e sem qualquer protecção social".

E não é a circunstância de o

Governo defender teoricamente o fim da quota máxima de dez por cento de trabalhadores estrangeiros nas empresas que vem alterar aquela realidade, uma vez que resulta claro do conteúdo da sua proposta de lei que o objectivo em mira é a "manutenção e o aperfeiçoamento dos mecanismos de discriminação do acesso de estrangeiros ao trabalho".

Tanto assim é que, no articulado do diploma, ressaltam adicionais medidas burocráticas para a contratação de trabalhadores estrangeiros, estabelecem-se diferentes níveis de tratamento dos cidadãos estrangeiros, exige-se o registo prévio de todos os contratos de trabalho de estrangeiros no IDICT e o seu envio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e até se impõe o pagamento de taxas para cada registo de contrato de trabalho.

"Do que se trata afinal - foi ainda António Filipe a lembrá-lo -, é de utilizar as relações de trabalho e as empresas como instrumentos de fiscalização policial da entrada, permanência ou residência de estrangeiros, tornando os trabalhadores estrangeiros em alvo permanente de suspeita e de vigilância policial".

O parlamentar comunista foi mesmo mais longe nas suas críticas, descortinando no diploma o propósito do Governo de "transformar as empresas em delegações do SEF, tratando todos os trabalhadores estran-



O Governo diz querer combater o trabalho clandestino mas, na prática, favorece o seu crescimento

geiros como potenciais delinquentes".

Revisão da Lei de Estrangeiros

Mas se no capítulo da regulação do trabalho estrangeiro em território nacional não se vislumbra qualquer intuito do Executivo PS em incrementar o combate ao trabalho clandestino, no que diz respeito ao regime legal de entrada, permanência, saída e expulsão de estran-

geiros - outro diploma da sua iniciativa igualmente em debate - está-se perante um conjunto de medidas que reflectem de uma forma clara, como referiu António Filipe, uma "política de hostilização" aos povos da CPLP.

Levando a sua obediência cega aos Acordos de Schengen e às orientações dominantes na União Europeia a limites muito para além do razoável, o Governo, com efeito, com esta revisão da Lei de Estrangeiros, pretende fechar quase completamente as portas do nosso país à entrada de

cidadãos oriundos de outros países, designadamente dos provenientes de países de língua oficial portuguesa.

Assim é, na verdade, quando se constata que o Governo pretende no diploma agora aprovado que as expulsões de cidadãos estrangeiros do território nacional possam ser executadas mesmo que tenha sido interposto recurso das respectivas decisões.

Significa isto, de acordo com o exemplo dado por António Filipe, que um cidadão cabo-

-verdiano ou angolano, ainda que viva em Portugal há muitos anos e tenha cá toda a sua família, pode ser expulso do País antes que um tribunal se pronuncie a título definitivo sobre a sua expulsão.

"Esta proposta de lei do Governo trata todos os cidadãos estrangeiros como se fossem criminosos e sujeita todos os passos da sua vida, no trabalho, no estudo, na habitação, na identificação civil, a vigilância do SEF, transformado em superpolícia de estrangeiros", concluiu.

Abolição das portagens no Oeste

Governo insiste na chantagem

A questão das portagens no Oeste voltou à Assembleia da República, após ser conhecida a decisão do Tribunal Constitucional em que se reconhece não existir desconformidade entre o projecto de lei que determinou a sua abolição e a Lei Fundamental. Provenientes dos partidos da oposição, naturalmente, as reacções

foram de regozijo. Da bancada socialista e do Governo, para além das manifestações de desacordo, houve um reiterar das chantagens e das ameaças.

Embora dizendo respeitar a decisão do Tribunal Constitucional, José Junqueiro, vice-presidente da bancada parlamentar socialista, afirmou que

o seu partido "não concorda" com a mesma.

"A concessão do Oeste pode ficar sem objecto e os concursos que estão a decorrer são passíveis de anulação", referiu José Junqueiro, adiantando que com a aplicação da lei o plano rodoviário nacional fica "comprometido".

O parlamentar socialista criticou a atitude dos partidos da oposição nesta matéria - que votaram em conjunto a aprovação do diploma a 6 de Novembro -, voltando a agitar o papão das "coligações negativas", que, especificou, "são meramente destrutivas, pois negam a oportunidade de se construir algo de positivo para o desenvolvimento".

O líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, rebateu as acusações da bancada socialista, considerando despropositada a expressão "coligações negativas". "Para o PS - observou - a conjugação de votos entre partidos só é considerada legítima quando nela estão incluídos".

Quanto à viabilidade da continuidade da construção de estradas, Octávio Teixeira desmontou os argumentos que têm

vindo a ser aduzidos por responsáveis governamentais, lembrando que essa é uma "opção política do Governo, não é um problema de recursos".

"É um falso argumento responsabilizar os atrasos nas obras com a não existência de portagens no Oeste", sustentou, lançando simultaneamente um desafio aos socialistas: "por que é que o Governo não avança com um sistema de portagens virtuais no local?".

Duarte Pacheco (PSD), por sua vez, congratulou-se com a decisão do TC, salientando que a "chantagem é a arma dos vencidos", numa alusão ao Executivo.

Em nome do PP, Gonçalo Ribeiro da Costa também lembrou a possibilidade da colocação das portagens virtuais no local - em que o utente não paga, sendo o Governo que dá ao concessionário um montante correspondente ao número de passagens na auto-estrada -, que custariam "700 mil contos ano", ou seja, um prejuízo muito menor do que os milhões de que o Governo tem vindo a falar.

Actualização extraordinária do recenseamento eleitoral

O diploma de actualização extraordinária dos cadernos eleitorais foi aprovado, por unanimidade, na passada semana, no Parlamento. Não obstante o consenso em torno desta matéria, não faltaram, na ocasião, as acusações da bancada comunista ao PS pela falta de empenhamento por este revelada no processo de regionalização.

Luis Sá lembrou concretamente um anúncio de António Guterres, em 1996, prometendo que as recentes eleições autárquicas seriam simultaneamente as primeiras regionais. Por outro lado, para

o deputado comunista, este processo de actualização dos cadernos "é mais um passo do PS no sentido de protelar a regionalização".

"Mais uma vez temos uma coligação extremamente negativa contra o cumprimento da norma constitucional de criação das regiões administrativas", afirmou, acusando o PS de se aliar a um "inimigo" da regionalização.

Luis Sá referia-se concretamente ao ponto 14 do diploma, que prevê a inalterabilidade dos cadernos "nos trinta dias anteriores à realização de

qualquer acto eleitoral ou referendo".

Significa isto, na prática, que se o processo demorar os anunciados seis meses, estando concluído no final de Junho, a consulta das regiões só poderia ser um mês depois, em pleno Verão, o que parece impraticável dada a necessidade de uma votação maciça para o acto ser vinculativo.

Pedida a votação na especialidade para este artigo específico, o PP e o PCP votaram contra, enquanto PS e PSD votaram a favor, aprovando-o.

Educação pré-escolar

A lei continua por aplicar

A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar continua por aplicar. Nem as crianças têm direito a uma educação pré-escolar gratuita nem os educadores de infância e outros trabalhadores têm o seu estatuto profissional valorizado.

São preocupações divulgadas pela Federação Nacional dos Professores, FENPROF, em conferência de imprensa realizada a semana passada. Preocupações no fundamental apresentadas por educadores de infância das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em encontros realizados ao longo do mês de Novembro, em diversos locais.

A aplicação da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar deveria introduzir, a partir de 1 de Setembro deste ano, "profundas alterações a todos os níveis: desde os métodos e práticas pedagógicas, até à organização e gestão dos estabelecimentos, passando pela valorização e dignificação das funções desempenhadas pelos educadores de infância" - sublinha o documento da FENPROF, distribuído na conferência de imprensa.

A Federação considera, entretanto, que se mantém "tudo na mesma como nos anos ante-

riores". E refere exemplos concretos.

A componente Educativa Pré-Escolar deveria ser gratuita para as crianças de 5 anos, mas "os pais são confrontados com o aumento das mensalidades para o ano lectivo de 97/98 em relação ao de 96/97".

A Lei determina, por outro lado, que os educadores de infância da rede privada deveriam dispor de "condições de exercício e de valorização profissionais" idênticas às dos seus colegas da rede pública. Entretanto, "para além das remunerações serem da ordem de três vezes menos, ainda têm problemas acrescidos em relação à contagem do tempo de serviço e à inscrição na Caixa Geral de Aposentações".

A FENPROF defende que "compete ao Estado criar uma rede pública de educação pré-escolar, generalizando a oferta dos respectivos serviços de acordo com as necessidades" e alerta, face à estagnação da rede



A educação pré-escolar é fundamental para um equilibrado desenvolvimento das crianças

pública desde finais dos anos 80, para que "se o governo pretende que até ao ano 2000 mais 45.000 crianças possam frequentar estabelecimentos de educação pré-escolar, então tem o Ministério de Educação que assumir a iniciativa de avançar com a construção de estabelecimentos de educação pré-escolar, nomeadamente nas zonas mais carenciadas".

Como questão prioritária, impõe-se melhorar a qualidade da educação pré-escolar. Como a própria Lei Quadro sublinha, "a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário".

Como objectivos da educação pré-escolar, o documento da FENPROF destaca:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos;

- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;

- Estimular o desenvolvimento global de cada criança;
- Desenvolver a expressão e a comunicação;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo.

Destes princípios e objectivos resulta "que os profissionais devidamente habilitados para os cumprir são os educadores de infância", sublinha a Federação, que defende a necessidade de o Ministério da Educação assumir plenamente "a sua função de tutela pedagógica e técnica" nesta área e de se melhorar o estatuto social e profissional do educador de infância.



As mulheres continuam a defrontar os mesmos problemas

MDM prepara nova jornada para o 8 de Março

O 8 de Março será, uma vez mais, uma jornada de afirmação dos direitos das mulheres a uma efectiva igualdade. Uma decisão do Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres que sublinha, em comunicado de imprensa, que hoje, mais do que nunca, "estão presentes as reivindicações que foram base da manifestação de 1997".

O MDM refere o agravamento do desemprego feminino de longa duração, a precariedade e a insegurança, a discriminação como "parte do quotidiano da esmagadora maioria das mulheres portuguesas".

No limiar do novo século, afirma-se no comunicado, "mantêm-se como prioritárias as exigências de adopção de medidas concretas que garantam quantitativa e qualitativamente o emprego feminino e a aplicação do direito à igualdade de participação, que permitam a elevação do poder de compra, dos salários e das pensões, que garantam a criação de estruturas de apoio à família".

O Secretariado Nacional do MDM dirige uma saudação a "todas as mulheres que tiveram a coragem de assumir o direito à participação política e social" e manifesta a sua disponibilidade, às eleitas, "para trabalhar em conjunto na promoção dos valores de igualdade, de liberdade e de solidariedade, apelando a que o trabalho a desenvolver tenha como vertente prioritária a melhoria das condições de vida das populações e das mulheres em particular".

FENPROF lança campanha

A FENPROF decidiu lançar uma campanha pelo cumprimento integral da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar.

A campanha consistirá no lançamento de um abaixo-assinado a subscrever pelos pais e encarregados de educação das crianças em idade de frequentarem a educação pré-escolar (dos 3 aos 5 anos) e de postais a enviar ao Ministério da Educação e Uniões das IPSS's e das Misericórdias, a subscrever pelos docentes.

São consignas desta campanha:

- * Pelo direito à frequência da educação pré-escolar a todas as crianças
- * Pela qualidade da educação pré-escolar
- * Pela gratuidade da frequência da educação pré-escolar
- * Pela melhoria do estatuto socio profissional dos educadores de infância, nomeadamente os que trabalham em Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Loures

A vontade do eleitorado é para respeitar

"A vontade do povo do Concelho não pode ser desvirtuada nem falsificada", sublinha a CDU de Loures, em comunicado sobre as eleições de dia 14.

O comunicado refere a vitória eleitoral da CDU para a Câmara Municipal, com a reeleição do Presidente da Câmara e o aumento do número de eleitos de 4 para 5, e denuncia a atitude assumida pelo PS que, a partir do momento em que foi conhecida a sua derrota eleitoral no município, "propagou os mais

diversos boatos, procurando lançar a suspeição relativamente ao processo eleitoral e respectivos apuramentos, quando teve todas as oportunidades de intervir, e não o fez, no decurso do acto eleitoral, através dos seus delegados à Assembleia de Voto e de outras formas em que tomaram activamente parte na fiscalização das eleições".

Referindo o caso concreto de Odivelas, a CDU lembra que "o acto eleitoral para a Assembleia de Freguesia foi

suspenso em cinco mesas por decisão dos respectivos presidentes, tendo as eleições para a Câmara e Assembleia Municipal decorrido com toda a normalidade nessas como nas restantes mesas da Freguesia e do Concelho" e afirma publicamente "a necessidade de urgente clarificação e regularização da votação para a Assembleia de Freguesia de Odivelas naquelas mesas, por parte das autoridades competentes".

O comunicado sublinha ainda que a CDU, "onde não obteve a vitória respeita a vontade do eleitorado" e denuncia "que outros o não queiram fazer e expressamente atentem contra as mais elementares regras do funcionamento do regime democrático".

A concluir, a CDU reafirma "o seu compromisso de, com a população, prosseguir com o trabalho e a concretização de novos projectos para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do Concelho".

COMUNIDADE EUROPEIA

PARLAMENTO
EUROPEU

Em Plenário

Estes foram alguns dos principais temas discutidos e votados na última sessão plenária do PE.

Nova organização do trabalho - O documento aprovado exorta a Comissão a apresentar propostas relativas à nova organização do trabalho seja no âmbito de um Livro Branco, seja no próximo Programa de Acção Social. Por proposta dos deputados do PCP o texto final sublinha que uma nova organização do trabalho "não pode ser feita tendo como único objectivo o aumento da produtividade e as necessidades de maior flexibilidade por parte dos empregadores, mas deverá ser realizada com a preocupação de garantir os direitos dos trabalhadores e de aumentar ou manter o nível de emprego, pelo que deverá sempre resultar de negociação entre as duas partes".

Serviços de interesse geral - O documento aprovado solicita à Comissão que estabeleça uma definição do tipo e alcance dos serviços de interesse geral e dos seus princípios subjacentes. Para o deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, o facto de o conceito de serviço público englobar actividades consideradas vitais para os cidadãos e para a sociedade como um todo significa que "o seu âmbito não se deve restringir a serviços de distribuição de energia e água, telecomunicações, transportes e serviços postais; abrange também outras actividades que, por satisfazerem igualmente necessidades essenciais e contribuir para a coesão económica e social, terão de ser asseguradas, de uma forma contínua e em igualdade para todos, independentemente de critérios de rentabilidade financeira".

Auxílios à construção naval - O Parlamento Europeu aprovou um relatório prorrogando uma directiva de 1994 que propunha a suspensão dos auxílios à construção naval. A aplicação da directiva é suspensa até fim de 1998, pois os EUA e outros países de grande capacidade de construção naval recusam a ratificação do acordo que "normaliza" as condições de concorrência no sector. O deputado do PCP, Honório Novo, aproveitou a oportunidade para reafirmar que "tínhamos razão quando em 1994 votámos contra aquela directiva, pois se comprova, de forma cada vez mais clara, que ela avançava legislação e limitava apoios quando outros o não faziam nem fazem, procurava uniformizar e limitar os apoios nacionais deixando portas abertas a ajudas de governos regionais e contribuía, assim, para a diminuição da importância deste sector em países onde ele era estratégico (como Portugal) promovendo a respectiva concentração em certos países mais desenvolvidos e em benefício de grandes grupos privados".

Orçamento comunitário para 1998 - Aprovação da versão definitiva do orçamento da UE para o próximo ano. O documento contempla várias propostas dos deputados do PC, entre as quais se destaca a possibilidade de financiamento de ONG's que operem em Timor-Leste e a recuperação de uma rubrica de apoio à pequena pesca costeira e artesanal. Não obstante, trata-se de um orçamento de austeridade, marcado pelas restrições impostas pela moeda única e que põe a nu as declarações de intenções sobre o emprego - as verbas reservadas para fazer face a um flagelo que afecta 18 milhões de europeus são de apenas 150 milhões de ecus, enquanto que os fundos destinados a propagandear o euro atingem os 42 milhões. Palavras para quê?

Reforma da OCM do azeite - O Parlamento debruçou-se sobre o método de apoio comunitário à produção de azeite, estando em confronto duas perspectivas: a atribuição de um prémio por árvore (proposta da Comissão Europeia), ou a atribuição de prémios correspondentes à produção efectiva (regime actual, defendido pelo relator, um deputado do Partido Comunista Espanhol). O plenário acabou por seguir massivamente as propostas do relator, contrariando assim o pretendido pela Comissão. Na sua intervenção, Honório Novo destacou as questões centrais colocadas em confronto pela proposta da Comissão e do relator: a Comissão prefere o apoio "à mera existência física das árvores, enquanto o relator prefere apoiar a produção real de azeitonas e azeite, rejeitando uma hipótese que se traduziria em absentismo e que aumentaria o desemprego; a Comissão justifica a sua opção na fraude existente, o relator afirma que o regime tem que ser aperfeiçoado e que, além disso, a proposta da Comissão multiplicaria as fraudes, cuja preparação, aliás, já se encontrava em curso; por fim, a Comissão pretendia que os apoios fossem feitos com base nos cadastros existentes, enquanto o relator abre a possibilidade de aumentar as produções nacionais".

Resumo da sessão plenária do Parlamento Europeu
(Estrasburgo, 15 a 19 de Dezembro)

INTERNACIONAL

Chile

Partido Comunista aumenta votação

O Partido Comunista do Chile viu a sua votação aumentar de cinco para sete por cento nas eleições legislativas, realizadas em meados de Dezembro, passando de 336 mil para 389 mil votos.

Apesar do seu crescimento, os comunistas não conseguiram eleger qualquer deputado ou senador devido ao sistema eleitoral binominal em vigor no Chile, que permite apenas a eleição de dois representantes em cada circunscrição. Se no país estivesse implantado um sistema proporcional, a Esquerda elegiria nove deputados e dois senadores.

Por exemplo, Gladys Marin, secretária-geral do PCC, obteve 15,69 por cento da votação de Santiago Poniente, um resultado que constituiu a oitava maioria nacional com 171.790 votos. No entanto, não foi eleita. Gladys Marin superou a votação de 16 senadores eleitos.

Para o PCC, estas eleições espelham «o profundo mal-estar da sociedade chilena face à forma actual de fazer política». Prova disso é o considerável número de abstenções (cerca de 14 por cento) e o elevado número de votos nulos e brancos (18 por cento). Tomando em conta os não inscritos nos registos eleitorais (um milhão e quatrocentos mil, segundo estimativas oficiais), conclui-se que 40 por cento dos cidadãos não participaram neste escrutínio.

Senado controlado por Pinochet

«Nestas circunstâncias torna-se mais evidente a urgência de

mudanças de fundo no sistema político e social chileno», considera o Comité Central do PCC. «O notável êxito da Esquerda significa um importante passo em frente na construção de uma alternativa ao sistema. Considerando as adversas condições da batalha eleitoral, em que o peso do dinheiro gasto a mãos largas pela direita e pela Concertação deforma gravemente a livre expressão da vontade dos cidadãos, ficou demonstrado que a alternativa existe e que é possível desenvolvê-la», lê-se num comunicado enviado à comunicação social.

«Devemos assumir o grave facto que representa um senado absolutamente controlado por Pinochet. Enfrentamos uma crise profunda de representação, de um poder do Estado absolutamente antidemocrático, com um Presidente da República refém e sem liberdade de movimentos», sustenta. Perante esta situação, «não resta outro caminho senão a luta social, a mobilização e a ruptura democrática com a institucionalidade».

Os comunistas chilenos propõem impulsionar um círculo de relações e acções comuns com as forças sociais que lutam por mudanças de fundo no país: organizações sociais e estudantis, representantes das populações e dos povos índios, associações culturais e ecologistas, contando com a participação das forças políticas de esquerda e dos militantes de base dos partidos da Concertação

que são contra o futuro que se perspectiva.

Outra acção que o PCC pretende levar a cabo é a promoção de um movimento de repúdio contra a instalação do antigo ditador Pinochet como senador vitalício. «Pinochet não é um presidente eleito e portanto não tem de ocupar esse cargo, que nem sequer deveria existir».

Forte retrocesso do Governo

Os partidos que constituem a Concertação - actualmente no poder - perderam 850 mil votos, que se traduzem em cinco pontos percentuais, enquanto o Partido da Democracia Cristã perdeu mais de 500 mil votantes, o Partido Socialista 170 mil e o Partido pela Democracia 90 mil. Por trás destes números está o descontentamento dos chilenos em relação à política seguida pelo governo e à protecção do modelo económico neoliberal instalado pela ditadura.

Segundo o PCC, os partidos do governo «insistem na falsa ideia de que continuam a representar a maioria. A verdade é que recolheram o consenso de pouco mais de 40 por cento do corpo eleitoral».

«As forças de direita instalaram na opinião pública a imagem de que obtiveram uma grande vitória. O certo é que perderam mais de 400 mil votos em relação à anterior eleição parlamentar e se tiveram um aumento da sua representação parlamentar isso deve-se apenas ao proveito que obtêm do sistema eleitoral que Pinochet desenhou para favorecer a minoria que governa junta de si», salienta.

«O próximo parlamento será pior que o actual», defendem os comunistas. Isto deve-se ao facto de os sectores mais reaccionários da direita terem avançado no seu interior. «Assim será particularmente no Senado onde a presença da bancada militar e a pretensão de Pinochet de se instalar nele ameaçam prolongar o estancamento da sociedade chilena», destaca o PCC.

Saudação ao PC do Chile

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Chile o seguinte telegrama de felicitações pelos resultados alcançados nas eleições legislativas:

«Em nome dos comunistas portugueses, transmitimo-vos as fraternas e calorosas felicitações pelos resultados alcançados pelo Partido Comunista do Chile nas recentes eleições legislativas. O significativo progresso eleitoral dos comunistas, alcançado em condições muito difíceis, exprime uma profunda vontade de mudança do povo chileno e a crescente influência do vosso Partido no plano social e político, confirmando que o Partido Comunista do Chile é uma força importante e insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores e a promoção da democracia no Chile.»

Saudação ao 2.º Congresso do Partido Comunista Jordano

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Jordano, por ocasião do 2º Congresso daquele partido, uma calorosa e fraternal saudação.

A mensagem refere que «os comunistas portugueses sempre seguiram a luta tenaz e persistente do Partido Comunista Jordano pela conquista da liberdade e democracia, incluindo a sua legalização, que foi conseguida em 1992», e recorda a solidariedade dos comunistas portugueses «com a luta dos comunistas jordanos pela defesa dos interesses do povo jordano, nomeadamente contra a carestia de vida imposta pelas medidas do FMI e pelo pleno exercício das liberdades democráticas».

Sublinhando que o PCP «valoriza a luta do Partido Comunista Jordano por uma solução justa e democrática para o explosivo conflito que opõe Israel aos povos palestinos, sírios e libaneses, o qual passa pelo reconhecimento dos direitos nacionais palestinos, pela retirada das tropas israelitas dos territórios ocupados desde 1967, dos montes Golã, e do sul do Líbano», a saudação

registra que «com a guerra do Golfo, o imperialismo norte-americano conquistou a hegemonia em toda a região do Médio Oriente, reforçando as suas bases militares e o seu apoio a Israel, seu aliado de sempre».

«Neste contexto - sublinha-se -

os comunistas portugueses defendem o reforço da cooperação entre todas as forças de esquerda e anti-imperialistas na região e destas com os comunistas e outras forças de esquerda da Europa, com vista ao avanço libertador dos respectivos povos.

Na sua mensagem, o PCP manifesta ainda ao 2º Congresso do Partido Comunista Jordano a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Jordano.

África: secas e cólera

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) anunciou recentemente em conferência de imprensa que se vão registar secas na África Austral semelhantes às do início dos anos 80, como consequência do «El Niño». Este fenómeno deve afectar a curto prazo 29 países e 27 milhões de pessoas, sobretudo Moçambique.

«Não é por acaso que o Programa Alimentar Mundial (PAM) escolheu a capital moçambicana, Maputo, para sede regional, a partir da qual será coordenada toda a assistência no período de crise», referiu a porta-voz da ACNUR, Christianne Berthieu.

Os efeitos do «El Niño» não serão tão graves como em 1982-83, mas a situação será bastante pior, devido à menor capacidade de assistência da comunidade internacional, cujas reservas alimentares estão estimadas em cerca de metade das existentes naquela altura.

Tempestades, cheias e secas contam-se entre os efeitos do «El Niño», fenómeno climático provocado

pelo sobreaquecimento de correntes marítimas no oceano Pacífico. Actualmente existem modelos matemáticos que permitem prever a sua evolução. Está já provado que o seu aparecimento se situa entre três e cinco anos.

Outro dos problemas com que o continente africano tem de lidar é a cólera. Moçambique, Tanzânia, Quênia, Uganda e Somália são os países mais afectados. Em Moçambique, já morreram 246 pessoas dos 7.933 casos detectados desde Agosto. O director-adjunto de Saúde afirmou na semana passada que a situação está estabilizada. Actualmente a mortalidade está ao nível dos três por cento contra os nove por cento do início da epidemia.

Prevê-se que durante a época natalícia ocorra uma explosão de casos de cólera devido à movimentação da população. A doença é declarada principalmente nos bairros suburbanos da capital, em localidades da província de Maputo e nas regiões de Gaza, Inhambane e Manica.

Coreia do Sul

Um novo presidente, a mesma política

«Vou apoiar plenamente a economia de mercado e respeitar o compromisso com o FMI» - as palavras são de Kim Dae-Jung, o novo Presidente da Coreia do Sul. Dae-Jung, 74 anos, candidato do Congresso Nacional da Nova Política, foi eleito quinta-feira passada chefe de Estado, após três tentativas falhadas, derrotando Lee Hoi Chang, 62 anos, do Grande Partido Nacional, e Rhee In Je, 49 anos, do Novo Partido do Povo.

Falando perante o parlamento, Dae-Jung garantiu que o seu governo respeitará o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que concederá ao país uma ajuda superior a 55 mil milhões de dólares, e pediu a ajuda dos sul-coreanos.

«Necessito da vossa ajuda. A situação é muito difícil. Sem a vossa cooperação não sairemos da crise», disse Dae-Jung, que considerou a sua eleição como «a primeira transição pacífica do poder da nossa história», sublinhando que «a democracia e economia devem caminhar lado a lado para terem êxito».

«Vou seguir esse caminho para cumprir a minha missão», disse.

O novo presidente, que deverá tomar posse em 25 de Fevereiro, fez esta declaração pouco depois do anúncio da decisão do FMI de desbloquear uma nova tranche de 3,5 mil milhões de dólares para a Coreia do Sul. A verba, que faz parte do plano de apoio acordado no início de Dezembro, insere-se num novo esquema delineado pelo FMI sobre a concessão de empréstimos mais curtos e mais caros.

A Coreia do Sul já recebeu do FMI uma primeira tranche de 5,5 mil milhões de dólares.

O apoio total da comunidade financeira internacional ascende a mais de 55 mil milhões de dólares.

Segundo Michael Camdessus, director do FMI, este organismo está «satisfeito» com a aplicação pela Coreia do Sul das reformas económicas prometidas em troca da ajuda internacional.

A mesma política

Quem não tem grandes motivos para satisfação é o povo sul-coreano, cujas perspectivas de futuro estão longe de ser risonhas. Desde o início do ano que a contestação saiu à rua, com as greves contra o novo Código de

Trabalho que instaurou a «flexibilidade» e a precarização do emprego nos grandes centros industriais. O novo direito do trabalho, recorda-se, foi imposto pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) - o clube dos 29 países mais ricos do mundo -, em que Seul foi admitida em Novembro de 1996.

Como a primeira intervenção de Kim Dae-Jung deixou claro, a eleição do novo Presidente não se traduz por uma alternativa à política do país. A Coreia do Sul vai continuar a viver num regime de soberania limitada, imposta pelo FMI. A «ajuda» concedida ao país por aquele

organismo assenta em condições particularmente severas que não deixarão de ter consequências dramáticas na via da população. E se alguém acreditou que as eleições iriam trazer mudanças significativas, a desilusão será total. No mais completo desrespeito pela soberania do país, o director do FMI, Michel Camdessus, forçou os três candidatos à presidência sul-coreana a comprometerem-se por escrito a aplicar à letra as cláusulas do acordo concluído pelo presidente cessante, sob pena de a ajuda anunciada ser suspensa.

Num gesto tão mediático quanto inconsequente, Kim Dae-Jung chegou a agitar uma

nota de 100 dólares em frente das câmaras de televisão, afirmando que a iria trocar por won (a moeda nacional) para, segundo disse, mostrar que os coreanos têm meios para sair por si próprios da crise económica e financeira que abala o país, sem os condicionamentos do FMI. A realidade é bem diferente. Tal como os restantes candidatos, Kim Dae-Jung assinou o compromisso exigido por Michel Camdessus.

Os sul-coreanos já começaram a pagar a factura da «ajuda» do FMI: desemprego, precariedade e perda de direitos adquiridos são a receita para a crise.

Congresso do ANC

«A revolução não está terminada»

Thabo Mbeki é o novo presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), eleito por unanimidade e aclamação durante a 50ª Conferência Nacional do partido actualmente no poder na África do Sul.

«A mensagem que vocês enderessaram à direcção do partido é muito clara: a revolução não está terminada», afirmou Mbeki, dirigindo-se aos 3.400 delegados presentes na sala de congressos da Universidade de Mafikeng. Ao falar sobre a situação social e política do país, Mbeki sublinhou que «criar uma

sociedade não racial não cabe apenas aos negros».

Já na véspera, Nelson Mandela, presidente cessante do ANC, se havia referido ao papel da população na construção de um país livre constituído por cidadãos com direitos iguais. Seis anos depois do fim do *apartheid* e três após a subida ao poder do ANC através de eleições democráticas, Mandela afirmou que os defensores do antigo sistema político «continuam a pensar que haverá uma oportunidade para activar a máquina da contra-revolução».

«Esses elementos acham difícil redefinir o seu papel na construção de uma democracia não racial», continuando «presos às ideias da supremacia branca» e esperando «a oportunidade para pôr em funcionamento a máquina da contra-revolução», acrescentou. O Partido Democrático, o Partido Nacional e a Frente da Libertação foram apontados como os principais inimigos das medidas anti-racistas do governo.

Mandela aludiu igualmente à «corrosão da fibra moral» dos sul-africanos, patente na ambição de enriquecer «sejam quais forem os meios» e no «afundar de comportamentos sociais que fizeram a cultura africana».

O presidente da África do Sul criticou também o «carreirismo», o «individualismo», o «elitismo» e a «corrupção» que se vai infiltrando dentro do ANC, nomeadamente entre membros que «se encontram em posições de responsabilidade devido à vitória sobre o *apartheid*».

Os novos dirigentes

Thabo Mbeki, o único candidato ao cargo de presidente do ANC, recebeu uma ovação de pé dos congressistas na altura da sua eleição.

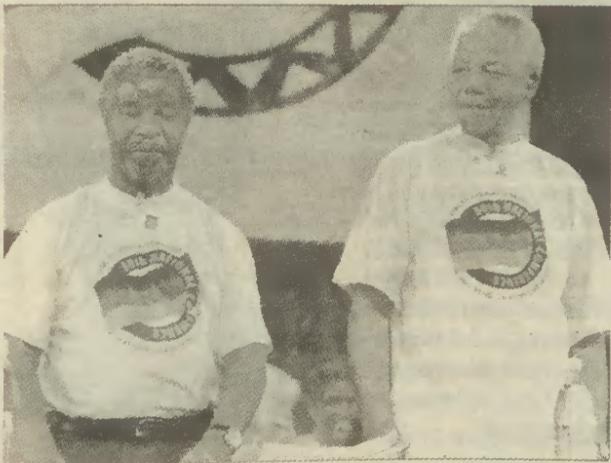
Mbeki, de 55 anos, passou 28 anos nas representações do ANC no estrangeiro e foi um dos prin-

cipais responsáveis pela abertura e direcção das delegações do partido na Grã-Bretanha, Zâmbia, Suazilândia e Nigéria, sendo posteriormente secretário político do então presidente do ANC, Oliver Tambo, e chefe de informação e da diplomacia do partido. Mbeki conduziu ainda a delegação do ANC durante as negociações com o governo de De Klerk em 1989-90.

O actual presidente do Congresso Nacional Africano é filho de Govan Mbeki, personalidade importante na direcção do partido e na sua ala armada «A Lança da Nação».

Jacob Zuma, zulu também de 55 anos, é novo vice-presidente eleito. Zuma chefiou os serviços de informação do ANC durante o *apartheid* no exílio e na clandestinidade, foi responsável pela estrutura de resistência no Kuazulu-Natal e organizou o regresso ao país dos militantes exilados no estrangeiro. Esteve dez anos preso na cadeia de Robben Island e foi ministro dos Assuntos Económicos no governo do Kuazulu-Natal.

Kgalema Motlanthe, desde sempre líder do sindicato União Nacional dos Mineiros e membro do Comité Central do Partido Comunista da África do Sul, foi escolhido para secretário-geral. Motlanthe, que estava sentado com a sua delegação, foi levado em ombros até à tribuna.



Nelson Mandela com o seu sucessor à frente do ANC, Thabo Mbeki

Turquia ameaça eternizar ocupação de Chipre

O chefe do governo turco, Mesut Yilmaz, classifica de «errada» a decisão da União Europeia de afastar a Turquia do seu plano de alargamento, e ameaça responder com a divisão permanente de Chipre.

Falando em Washington, onde se deslocou a semana passada em visita oficial, Mesut Yilmaz lamentou o facto de «a parte turca de Chipre» não ter o mesmo tratamento que a restante ilha por parte da comunidade internacional, e afirmou existir «um só meio para uma solução federal, que é o tratamento idêntico para as duas comunidades».

«Actualmente, os cipriotas-gregos beneficiam do reconhecimento de todos os países, à excepção da Turquia, e recebem na íntegra a ajuda internacional», disse o chefe do governo de Ancara, para quem parece ser irrelevante o facto de o norte de

Chipre estar ocupado militarmente pela Turquia desde 1974.

Yilmaz queixa-se que «os cipriotas-turcos vivem no isolamento total e sofrem um embargo internacional», achando uma injustiça que União Europeia tente «forçar a Turquia e os cipriotas-turcos» a aceitar o que considera «a solução grega».

«Com essas circunstâncias creio que uma solução federal se torne impossível e uma divisão ocorra de forma espontânea», disse.

A UE anunciou durante a sua cimeira do Luxemburgo um plano de alargamento da União Europeia a 10 países da Europa Central e Oriental, assim como a Chipre. A Turquia, que há muito é candidata a fazer parte da UE, voltou a ficar de fora, não só porque o país continua a não respeitar os mais elementares direitos humanos, como continua sem perspectiva de resolução do problema de Chipre.

Mensagem de Carlos Carvalhas

Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, enviou a Thabo Mbeki, o novo Presidente do ANC, um telegrama de felicitações pela sua eleição para aquele cargo, «da mais alta responsabilidade política na nova África do Sul».

Expressando-se em nome pessoal e do PCP, Carlos Carvalhas deseja a Mbeki «os maiores sucessos no desempenho das novas tarefas» e manifesta a vontade dos comunistas portugueses de continuar a agir «para que entre o Congresso Nacional Africano e o Partido Comunista se reforcem os tradicionais laços de solidariedade e amizade no interesse dos dois povos e dos dois países.»

Religiosos condenam bloqueio a Cuba

Em entrevista ao «Granma», a secretária-geral do Conselho Nacional das Igrejas de Cristo dos Estados Unidos pediu à administração norte-americana para pôr fim ao «desumano» bloqueio contra Cuba. Para Joan Campbell, os EUA «estão quase totalmente isolados na aplicação dessa política imoral e é necessário redobrar esforços para que a injusta medida termine».

17 mil clandestinos detidos em Espanha

Quase 17 mil imigrantes clandestinos foram detidos em Espanha durante 1997 pela Guarda Civil e a Polícia Nacional, na sua maioria provenientes de África. O número de clandestinos interceptados pelas autoridades aumentou em cerca de oito mil, em relação ao ano passado. De acordo com a agência Lusa, 28 pessoas morreram e 37 foram dadas como desaparecidas no decorrer das actividades das redes ilegais de imigração. Sublinhe-se que o crescimento destas redes está a aumentar e envolve cada vez mais pessoas, nomeadamente antigos pescadores.

ONU não reconhece Talibans

A ONU continua a reconhecer que apenas o executivo do presidente Burhanudin Rabbani tem autoridade para governar o Afeganistão, e não os fundamentalistas Talibans actualmente no poder em Cabul. Na passada quinta-feira, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o relatório do Comité de Credenciais, que continua a creditar a delegação diplomática de Rabbani. Esta decisão foi alvo do protesto do Paquistão.

Sem-Terra em protesto

Cento e cinquenta camponeses pertencentes ao movimento dos Sem-Terra estão acampados desde dia 17 em frente às instalações do Banco do Brasil na cidade de Teodoro Sampaio, no estado de São Paulo, numa vigília que deve prosseguir até ao dia de Natal. Os Sem-Terra exigem que o banco lhes entregue o empréstimo de cerca três milhões de dólares já aprovado em projectos da reforma agrária. A gerência daquela dependência do banco requereu o envio de reforços policiais.

Determinação e confiança

■ Francisco Lopes
Membro da Comissão
Política

AS RECENTES eleições autárquicas no seu significado global e particularmente na apreciação que tem sido feita por certos sectores dos resultados do PCP e da CDU são um exemplo da intensa luta política e ideológica que se trava neste momento no nosso país.

A necessária reflexão sobre os resultados eleitorais, tirando ilações sobre os insucessos e os êxitos de modo a elevar a eficácia da acção, implica sacudir e rejeitar a campanha de desmotivação e desmoralização que alguns querem abater sobre o PCP, a propósito e a pretexto dos resultados eleitorais.

Entretanto, o momento actual impõe, com determinação e confiança, a intensificação da luta de resistência à política de direita, por melhores condições de vida, o aumento da influência política e ideológica do PCP, o estreitamento da sua ligação aos trabalhadores, o alargamento da sua influência social e o reforço da sua organização e intervenção.

Tal é o caminho indispensável, nos últimos anos do século, período de novas dificuldades e exigências, para empreender de forma confiante e determinada a construção de uma alternativa democrática à actual política e para colocar com renovada actualidade a perspectiva da transformação da sociedade e de um Portugal mais desenvolvido e mais democrático.

1 - Os resultados da CDU nestas eleições autárquicas são, como foi referido no comunicado da recente reunião do CC do PCP, insatisfatórios, ficam claramente aquém dos objectivos definidos e significam uma perda de algumas posições importantes no

profecias que mais uma vez vieram a terreiro, sem ponta de inovação, antes repetindo a velha cassete dos preconceitos e desejos dos seus autores.

São dramatizações que cavalcando um insucesso eleitoral não têm efectivo suporte na realidade e contrastam com a benevolência que usam para tratar o CDS-PP e o seu quase desaparecimento do quadro autárquico.

O que está em causa para tais comentadores e forças não é o que se passou em 14 de Dezembro, não é o resultado negativo da CDU.

O que está em causa é preci-

lisar o significado das interpretações e conclusões que forças políticas e comentadores sobre eles têm produzido.

Nos dias após as eleições, em títulos e manchetes fomos confrontados com proclamações arrasadoras. "PCP ferido de morte", "derrocada", "PCP em estado de choque", "declínio irreversível", "diagnóstico desastroso", são algumas das

estrangeiro. São as alterações ensejadas nos direitos dos trabalhadores, na contratação colectiva, na segurança social, a precarização do emprego, o aumento do desemprego com o conseqüente agravamento da exploração de quem trabalha. É a integração de Portugal na moeda única o agravamento dos problemas da economia nacional na indústria, na agricultura e nas pescas, com a afectação da soberania e da independência nacional.

O PCP não só se opõe a este caminho nocivo para Portugal como constitui a única força política que pela sua natureza, ideais, objectivos e ligação aos trabalhadores é capaz de lhe fazer frente.

Não espantam por isso as interpretações e conclusões desmobilizadoras sobre o PCP. Como não espantam os conselhos para a chamada modernização do PCP que, na pena de tais articulistas,

não seria mais que a conformação e contemporização com o poder e os interesses dos grupos económicos e do capital estrangeiro e a renúncia do PCP aos seus ideais e projecto, à sua vinculação aos interesses da classe operária e dos trabalhadores portugueses. Renúncia, no fundo, a características que fazem do PCP um partido diferente, que são um elemento essencial da sua força e razão da sua existência.

3 - No aprofundamento do significado das eleições autárquicas, na perspectivização da

acção futura constitui questão chave a noção das razões da força do PCP, que não tem as mesmas raízes que a de outras forças políticas.

Nas autarquias a força do PCP e da CDU, radica no fundamental na base de influência política e ideológica do Partido e na diferença e superioridade ao longo dos anos do seu projecto autárquico. O trabalho, a honestidade a competência, a obra realizada, a ligação, envolvimento e mobilização das populações, intimamente associada à divulgação e valorização do trabalho realizado, são os factores-chave, que somados a outros de carácter conjuntural ou local justificam a força autárquica do PCP e dos seus aliados.

Promovendo hoje uma reflexão para o reforço da acção autárquica, temos certamente muito a aprender com os outros, mas temos muito mais a aprender com nós próprios, com a nossa experiência de ontem e de hoje, com o aprofundamento e aplicação do nosso projecto autárquico, com a valorização da diferença do PCP e da CDU, dos seus valores, em que o princípio dos eleitos não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente por esse facto constitui pedra de toque.

É por aí e não por uma mistura com outros partidos que facilite a catalogação "são todos iguais" que podemos encontrar os factores que no plano autárquico podem contribuir para aumentar o prestígio e a influência do PCP.

No plano político geral as condições em que vamos actuar neste final de século vão trazer novas dificuldades e discriminações aos que lutam pela justiça e o progresso social.

Nas condições da sociedade e da acção política dos nossos dias é fundamental encontrar com o recurso à ciência, ao engenho e à arte, as formas e os meios para vencer e ultrapassar discriminações e bloqueios, designadamente no plano dos meios de comunicação social.

É necessário promover a agregação de esforços e vontades tendo como objectivo a construção de uma alternativa democrática à actual política, para cuja necessidade sectores muito diversificados da sociedade podem estar hoje despertos.

Mas, não haja ilusões, os problemas com que estamos confrontados não são superáveis com soluções mágicas.

Cada vez mais o aproveitamento e interligação dos diversos meios de intervenção, tem de ser acompanhada do reforço daquilo que temos como mais decisivo, seguro e sólido: a intervenção e influência social, a ligação profunda e quotidiana aos trabalhadores e às massas em geral, o reforço da influência dos movimentos sociais e o desenvolvimento da luta; a valorização, o reforço e a renovação da organização do Partido, grande colectivo, grande rede de comunicação militante, instrumento poderoso e insubstituível.

Estes são, neste final de século, no quadro de novas dificuldades e exigências, aspectos fulcrais para a vitória de uma alternativa democrática, no caminho de um mundo mais justo, de uma sociedade liberta da exploração e da opressão.



poder local. Tais resultados provocaram um real desgosto nos militantes e simpatizantes do PCP, naqueles que apoiaram a CDU e em muitos outros portugueses, até pela injustiça que representam para com um valioso trabalho realizado ao longo dos anos.

As razões deste insucesso são diversas e a exigência de um apuramento mais rigoroso a partir das realidades concretas de cada concelho e freguesia, paralelamente ao equacionamento de causas comuns e tendências que se possam considerar mais gerais, já foi definida como aspecto a considerar no próximo futuro.

Entretanto, o PCP, a CDU, apesar do insucesso e das perdas apontadas, confirmaram-se como uma grande força política nacional e autárquica. Contam com o apoio de mais de 650 000 portugueses, 12,5% dos votos para as Assembleias Municipais (uma quebra de apenas 0.5 em relação às últimas eleições autárquicas), a presidência de 41 Câmaras Municipais (menos 8 em relação a 1993) e de 279 juntas de freguesia. A CDU ganhou quatro câmaras municipais, manteve elevadas votações em municípios em que perdeu a presidência da câmara e viu reforçada a sua votação num número de concelhos que não pode ser menosprezado, em zonas de influência tradicional do PCP, mas também em regiões onde tem tido maiores dificuldades de implantação.

2 - Interessa à luz da realidade dos resultados eleitorais da CDU e das posições autárquicas do PCP resumidamente referidas, ana-

samente o facto de o PCP, a CDU, serem uma grande força nacional e autárquica e de, apesar do recuo verificado, estas eleições terem confirmado mais uma vez essa realidade.

O que está em causa é a tentativa de desmotivar, desmoralizar, tirar perspectivas ao PCP, aos seus militantes, simpatizantes e aliados, a todos os que nele confiaram e confiam, a largos sectores dos trabalhadores e do povo português para quem o PCP representa um ponto de referência e uma força fundamental para o futuro progressista de Portugal.

Fazem-no porque percebem a importância, o papel e as possibilidades de reforço do PCP.

A reconstituição do poder dos grupos monopolistas, orientação estratégica do governo PS em convergência com o PSD e o CDS-PP, tem avançado e vai nos próximos dois anos atingir uma fase crucial.

É o prosseguimento do processo de privatizações em sectores e serviços públicos estratégicos. É o domínio pelos grupos económicos de meios de comunicação social fundamentais. São os propósitos de alterar as leis eleitorais para a Assembleia da República e as Autarquias locais de forma a criar um sistema de alternância entre partidos que se substituíam no poder, no espírito de ver quem defende melhor, não os interesses de Portugal e dos portugueses, mas sim os interesses dos grupos económicos e do capital

Atenção, camaradas!

Num trabalho sobre o 7 de Novembro e os 80 anos da *Revolução de Outubro*, para a *Vértice*, aproveitei uma revista belga que apresenta os programas semanais de televisão, onde a data servia de oportunidade para se atacar, não só a revolução que justifica a efeméride, mas tudo o que ela pudesse suscitar de referência ou lembrança positiva. Pareceu-me significativo que uma revista com a divulgação que aquela tem (como as suas homólogas portuguesas) se preocupasse em assinalar a data e em vilipendiar a Revolução de Outubro, o comunismo, Lenine, a esquerda, as conquistas sociais, pintando de cores negríssimas tudo o que de negativo teria ocorrido durante estes 80 anos e pudesse ser conotado com a revolução, não recuando perante manifestações de imaginativa criatividade de re-invenção da História.

Outras leituras me convidaram a melhor reflectir sobre o tema quando me perguntava porque havia quem perdesse o seu tempo com o que - para eles que assim ocupam o seu espaço - foi espectro (leia-se o *Manifesto*) e hoje deveria ser cadáver ou fantasma se se levassem a sério as repetidas e variadas certidões de óbito já pelos mesmos passadas e autenticadas.

Outros "factos estranhos"

O sinal seguinte apareceu-me, por acaso, na mesma revista. Uma capa apelativa, com a conhecida efígie do "camarada José Estaline" e o título berrante "os crimes do comunismo". Era o tema/dossier da semana, e não já uma

nota como relativamente ao 7 de Novembro. Ainda folheei as páginas a ele dedicadas, embora meio distraído, pelos caminhos do "zapping" entre o relógio e os horários dos programas de televisão nem sempre respeitados (não é só em Portugal, embora por cá se abuse...).

A ideia com que fiquei foi a de que se tratava de uma salada mista, de crimes vários. Alguns reais e fundamentados, emprestando credibilidade a outros referidos sem qualquer preocupação de rigor, quanto à verdade histórica e origem ou responsabilidade, procurando tomar tudo consistente num molho vermelho (e impressionante) que tornasse a salada apetecível (salvo seja).

Lá estava o Estaline e os bigodes da capa, a Coreia do Norte, uns personagens e situações africanos, Cuba e Fidel, Pol Pot e Camboja (o Camboja e os "khemers vermelhos" dão sempre muito jeito para estas circunstâncias!). Não tive nem disposição nem tempo para ler as páginas arrasadoras, e até me parece que aquele número da revista foi mais depressa para o lixo que o justificaria a sua função social, ou seja, antes do fim da semana a que correspondiam os programas da televisão, ou antes de pegar no saco e voltar para a terra.

Acontece que, na semana seguinte, ao chegar a Bruxelas e ao pegar na inevitável revista, sempre ao pé do aparelho de televisão, os meus olhos se encontraram numa carta de uma leitora que, indignada, invectivava o director pelo tendencioso e desinformativo tratamento de um tema que merecia, segundo a carta, respeito, objectividade, seriedade. Até porque, escrevia ela, apesar de não ser comunista, há objectivos de (e luta por) justiça social que tudo devem ao comunismo e aos comunistas. Senti-me um pouco compensado com aquelas linhas perdidas no correio dos leitores a protestarem contra capas, fotografias, páginas centrais e destacáveis, em campanha anti-comunista primária.

O tema voltou a "atacar-me" logo a seguir quando, num dos aviões por onde ando em razão da tarefa, ao ler o sumário da *Time* de 15 de Dezembro, vi que, na secção de livros, se falava do "debate francês sobre as malfetorias comunistas e nazis". Lá fui ver o artigo e o título e o subtítulo eram aliantes... "Calculando as mortes - em França, um catá-

logo dos crimes do comunismo abre um debate quente. É-lhe inerente a maldade?"

No artigo, aparentemente recensão de um livro, lá vem, por ordem de referências, o muro de Berlim, China, Mao, Coreia do Norte, Cuba, revolução bolchevista, Koestler, Solzhenitsyn, PCF, Estaline, Camboja (claro). Tudo a propósito de um livro, de 846 páginas, acabado de sair na Robert Laffont, *O livro negro do comunismo: crime, terror e repressão*, da autoria de seis-historiadores-seis, com um prefácio de Stéphane Courtois, livro que será, nem mais nem menos, "a história definitiva de um movimento responsável pela morte de um número estimado em 85 milhões durante os 72 anos em que dominou cerca de metade da Europa e grande parte da Ásia". Tudo definitivo e, também, bem contado e contabilizado...

A edição deste livro já servira de pretexto para um acalorado debate na Assembleia Nacional Francesa, quando o Primeiro-Ministro foi interpelado por ter, no seu gabinete, ministros vindos dessas paragens em que haveria responsabilidade por tantos crimes e mortes. E a interpelação misturava, num mesmo plano, nazis e comunistas, numa manobra conhecida e de vez em quando utilizada despididamente. Aliás, Jospin deu uma resposta firme a tais enormidades e não permitiu dúvidas sobre a sua clara posição face a tão abusivas, injustas e criminosas - elas sim - analogias.

A concentração destes "factos", a sua aparentemente ocasional convergência, a lembrança de outros que não tinham merecido particular atenção, talvez por isolados na leitura ou no conhecimento deles, funcionou como um sinal de alerta. Porquê esta insistência, este "rabo de fora" de campanha escondida?

Bater em mortos?

Há talvez quem goste de o fazer. Por ter receio da reacção dos vivos se fossem estes os agredidos. Mas não será o caso.

Pelo contrário. O que me parece é que a insistência actual em atacar a esquerda, e particularmente o comunismo, tem a ver com a falência da tese de que ele teria morrido quando caíram determinados muros que tinham

sido levantados com o argumento da sua defesa, quando ruiu um sistema que nascera da sua aplicação prática, no terreno, que fora edificada em seu nome.

Não garanto que tivesse havido real convicção de que as certidões de óbito eram mesmo para valer, mas, pelo menos, havia alguns desses cangalheiros a convicção de que durante um certo tempo se podia contar com ausência dos comunistas do terreno de luta social e política. E afinal...

E afinal, ao fim de poucos anos, escassíssimos, nem se tendo conseguido extirpar as sementes ruins (ah!, o que dói o espinho de Cuba, ali mesmo ao lado do coração...), já os comunistas e os seus partidos, e aqueles ousaram nem de nome mudar, se mostram vivos, como sempre estiveram, e capazes de dar respostas, esclarecendo e mobilizando. Recusando o fim da História e das ideologias (para haver só uma), o pensamento único.

Então não é que, no Parlamento Europeu, resistiram à marcha para o desaparecimento e/ou crescente insignificância e formam um grupo que recupera espaço e peso, que, institucionalmente, tem vice-presidente, questor, presidentes de comissão e de delegação, que ganha relatórios, toma posições claras quanto à fraude, à necessária transparência, e a muito mais, que não se cala e promove e participa em votações significativas em questões para que se pretendia a unanimidade do tal pensamento único?

Então não é que, em Itália, o governo existe e sobrevive com base num apoio parlamentar que depende do voto dos deputados da Refundação Comunista? Então não é que, em França, já há (outra vez!) deputados que são do Partido Comunista Francês? Então não é que, em Portugal, apesar da corajosa e afirmada insatisfação, há 41 câmaras que têm maioria da Coligação centrada no Partido Comunista Português, que são quase 700 mil, e perto de 13%, os votos que não fugiram ou foram ganhos para a CDU, que são mais de 3.700 os eleitos que impedem que a bipolarização (com o complemento de umas excrescências) seja a realidade política do país?

Não pretendo, agora, nesta oportunidade, tratar de cada uma destas situações - e cada uma delas daria "pano para mangas", como sói dizer-se... - mas sublinhar que, face à recusa de morrer de quem bem vivo está, porque tem um lugar e um papel imprescindível a representar na sociedade actual, o que teria sido decidido fazer foi partir para a luta, para a campanha, para desenterrar uns crimes, atribuir a paternidade de outros, inventar e re-inventar quanto possível. Diabolizar, exorcizar.

Atenção, camaradas!

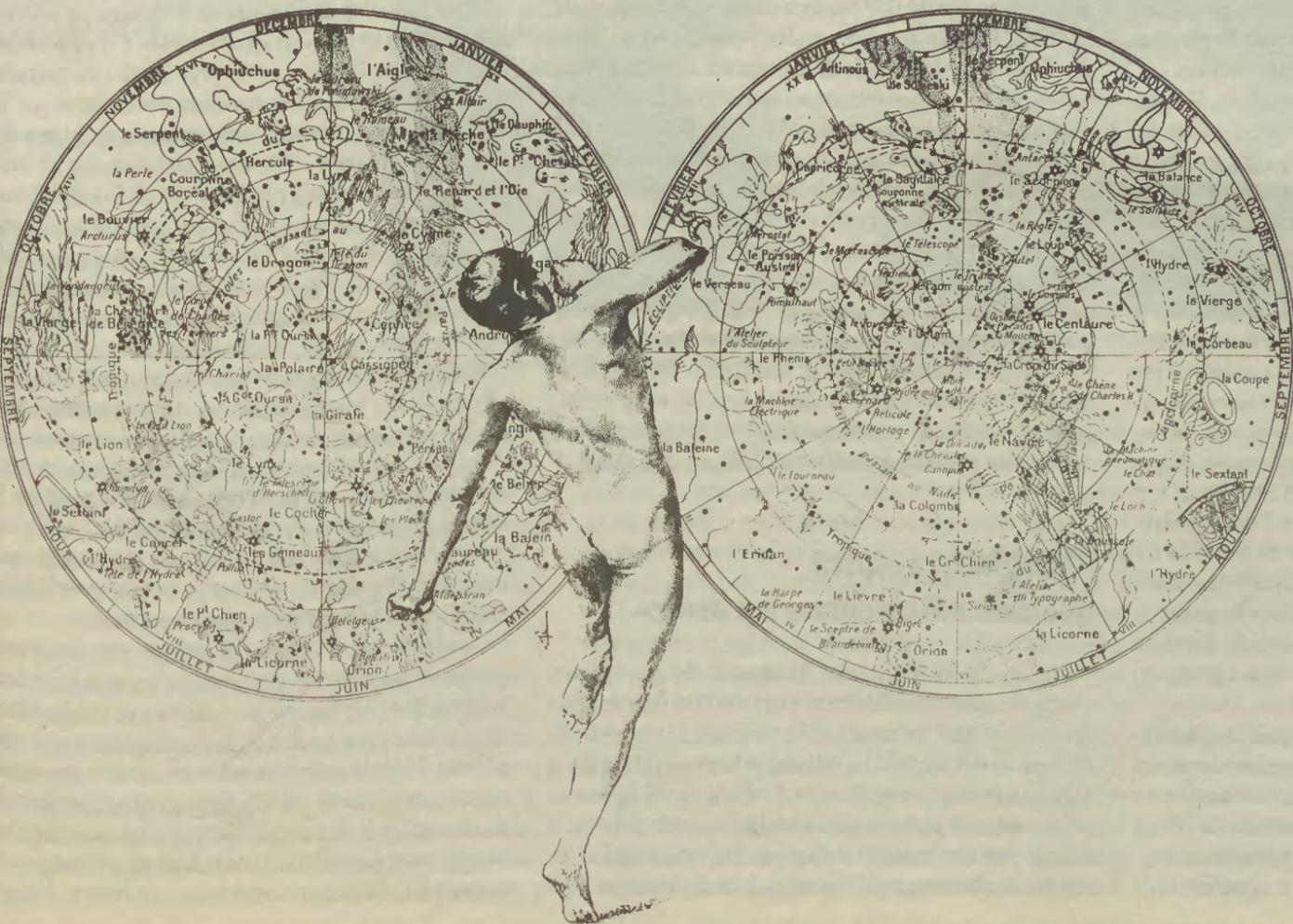
A re-escrita da História não é de hoje. É verdade. Mas a intensidade com que se faz, a força, tempo, espaço que se dedica à divulgação do que re-escrito vai sendo, é instrumental e circunstancial. Depende das necessidades e condições do combate, do estádio da luta de classes que os que negam que exista praticam com contumácia.

E sobretudo merece atenção, camaradas, quando essa re-escrita e a sua divulgação se dirige aos "nossos", aos que de nós estão próximos e que só uma perversa informação, uma desumana desculturação, impede que mais nossos sejam, porque conosco estariam na defesa dos seus interesses, que se confundem com os objectivos de uma sociedade mais justa, mais humana.

Por este caminho, estamos aqui, estamos de novo, nós, comunistas, a ser acusados de comer criancinhas e de dar injeções atrás das orelhas dos velhotes...



■ Sérgio Ribeiro



EM FOCO

⑥ Formação, trajectória e fim do Império Britânico

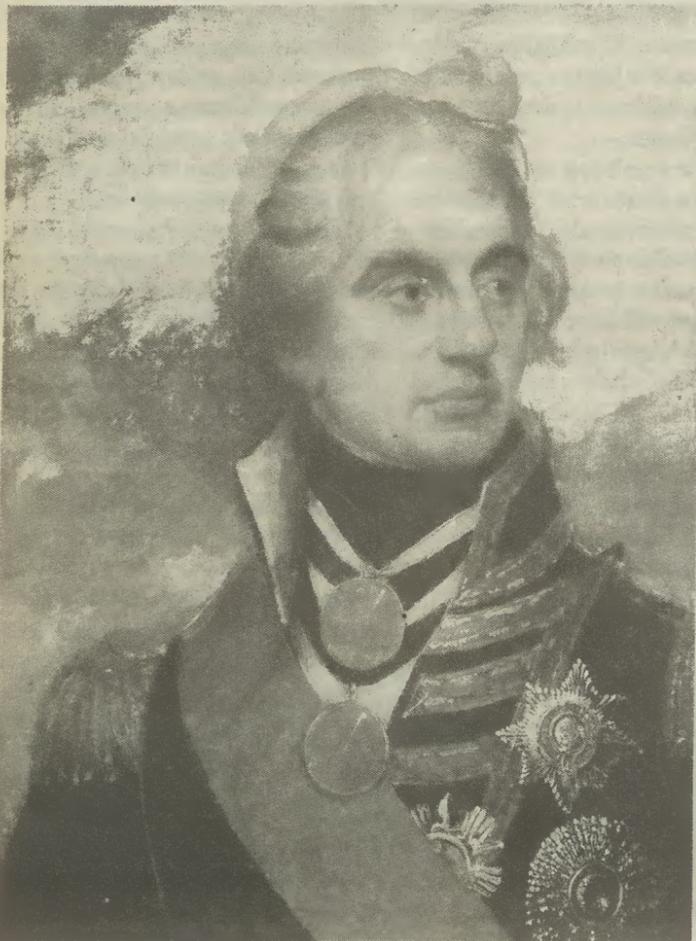
■ Manoel de Lencastre

Em Trafalgar, a 21 de Outubro de 1805

Nelson tinha o mundo nas mãos



O alargamento e a consolidação do Império, a segurança e a liberdade de navegação no Canal da Mancha, no Mar do Norte e no Mar da Irlanda, a defesa das Ilhas britânicas, o transporte marítimo de mercadorias e de pessoas entre todos os continentes, o domínio do mundo pela Inglaterra, só poderiam conseguir-se desde que a esquadra francesa fosse eliminada.



Almirante Horatio Nelson

Napoleão, evidentemente, não confiava nos seus almirantes e estava demonstrado que a técnica de construção naval em França era inferior à inglesa. Mesmo assim, o imperador ordenou e presidiu à renovação da Marinha mandando construir muitas novas unidades de guerra com as quais passou a ameaçar a segurança da Inglaterra. Surgiu o grande medo de uma invasão francesa que deu lugar a um indescritível pânico e à mobilização de todos os recursos para que a Grã-Bretanha pudesse ser defendida. Mas um único homem dava garantias ao povo inglês de que seria capaz de proteger o país e destruir a marinha de guerra francesa – Nelson.

O grande almirante Horatio Nelson, com efeito, já tinha dado provas concretas da sua capacidade como senhor da guerra nos mares. Vencera em S. Vicente. Vencera em Aboukir. Só ele gozava da confiança da Inglaterra anti-revolucionária e conservadora que se preparava para construir um destino diferente daquele que as novas ideias que vinham de França sugeriam. Assim, no Verão de 1805, Nelson está em Londres. A sua presença na capital do Império galvaniza o país. O grande terror dilui-se um tanto. Nelson era um autêntico fanático pelo serviço à Coroa. Defendia a ordem antiga e combatia em todas as partes onde surgissem focos revolucionários de apoio à França. A 29 de Agosto, o primeiro-ministro Pitt (o mais novo) manda avisar o almirante de que em breve regressará ao serviço no comando do «Victory», o navio-chefe da esquadra do Mediterrâneo. A 2 de Setembro, Cuthbert Collingwood, que seria o segundo no comando em Trafalgar, informa que a esquadra franco-espanhola comandada por Villeneuve e Gravina se encontrava no porto de Cadiz. Nelson dirige-se ao Almirantado onde Lord Barnham lhe confirma que as suas instruções se resumem a um único objectivo – a destruição da esquadra aliada.

Nesta situação, os meios de negócios londrinos achavam-se extremamente nervosos. Pressentia-se que teria lugar, em breve, um grande esclarecimento do conflito nos mares e no panorama da guerra. Entretanto, a vida financeira em França era catastrófica. Em Paris, declaravam-se falências, diariamente. Havia bichas às portas dos Bancos e as pessoas exi-

giam a troca do papel-moeda desvalorizado pelo seu real valor em ouro. Os Bancos «Récamier» e «d'Hervas» tinham fechado. Por seu lado, fornecedores do exército imperial, como «Desprès» e «Vanlerberghe» exigiam a satisfação dos seus créditos. Dizia-se que os subsídios devidos à França por Portugal e pela Espanha se achavam em atraso mas que certas manobras financeiras inspiradas por Godoy e pela casa bancária de Amesterdão,

«Hope», estariam em curso. Entretanto, enquanto o povo britânico sofria as bárbaras condições do acordar industrial, as dívidas do príncipe de Gales atingiam o valor de um milhão e meio de libras. A 14 de Setembro, em Portsmouth, a bandeira do almirante Nelson subiu no mastro do «Victory» que saiu para o mar no dia seguinte a fim de juntar-se à esquadra, a 29. Em Cadiz, Villeneuve dispunha de 32 navios a bordo dos quais se concentravam 30 000 homens sendo 11 817 espanhóis. Confiante nos seus recursos, porém, Nelson, com 27 unidades, informa o Almirantado de que atacará a formação franco-espanhola logo que esta abandone o santuário de Cadiz e se faça ao mar. Indica que navegará contra o inimigo em duas colunas a fim de poder atacá-lo pela retaguarda. O plano de ataque está decidido após ampla análise e discussão com Collingwood e Northesk, segundo e terceiro na cadeia de comando britânica. A 18 de Outubro, Villeneuve, cumprindo ordens de Napoleão, ordenava à esquadra sob o seu comando a saída de Cadiz. Ia travar-se a batalha de Trafalgar quando Bonaparte se preparava para derrotar austríacos e russos em Ulm e Austerlitz. Trafalgar, contudo, colocaria o imperador dos franceses face a um cerco irresistível. O poder naval britânico demonstraria ao mundo o aparecimento, pela primeira vez, de uma potência de carácter verdadeiramente global.

«A Inglaterra espera que cada um cumpra o seu dever»

O capitão do «Euryalus», Blackwood, foi o primeiro a avistar a esquadra de Villeneuve e Gravina. Por falta de vento favorável, alguns dos navios saídos de Cadiz só conseguiram fazer-se ao mar no dia 21 e Nelson, ao largo, esperava que a esquadra inimiga atingisse uma distância de 12 milhas da costa e surgisse perto do cabo Trafalgar de onde já lhe seria difícil, mas não impossível, fugir de novo para Cadiz. De repente, o almirante inglês aproximou-se da formação fran-

co-espanhola com 12 navios e navegando numa direcção quase norte. Collingwood, no comando de 15 vasos de guerra, mantinha-se a milha e meia de distância, para sul. Estavam formadas, assim, as duas colunas previstas por Nelson no plano de batalha que traçara. Estava um belo dia nessa segunda-feira, 21 de Outubro de 1805. O vento soprava fresco, leve, e, pela manhã, as duas esquadras encontravam-se frente a frente. Previa-se mudança de tempo, ao fim da tarde.

Às 11.25 da manhã, Nelson mandou transmitir a toda a esquadra a sua mensagem de batalha: «A Inglaterra espera que cada um cumpra o seu dever.» Meia hora mais tarde, os primeiros disparos inimigos rebentavam à volta do «Victory» em cuja popa se encontravam Nelson, Hardy, que capitaneava o navio, e Blackwood. O célebre almirante decidiu atacar pelo centro fazendo fogo sobre o 13º e o 14º navios da formação franco-espanhola. «Ataquem o inimigo mais de perto!» foi a sua última ordem de comando antes de a batalha se generalizar envolvendo todas as unidades navais em presença. A coluna de Collingwood, já em plena batalha, parecia desaparecer, perdendo-se, não no mar onde navegava mas num estranho universo de madeira a arder, de velas que desabavam, de mastros que rangiam ou cediam, de gritos de homens raivosos e desesperados, do troar dos canhões e do assustador relampejar provocado pelas bombas quando explodiam.

Quatro navios da esquadra de Villeneuve, o «Héros», o «Santisima Trinidad», o «Redoutable» e o «Bucentaure», apresentam-se frente ao «Victory» como uma muralha de fogo. De bordo, fuzileiros franceses comandados por Theodore Contamine, disparam ininterruptamente sobre o navio-almirante britânico. Este tem absolutamente de avançar entre a formação oposta para poder dividi-la e criar uma brecha tão ampla quanto possível por onde penetrem outros navios ingleses. Às 12.15, o «Victory», cuja capacidade de manobra, poder de fogo e superioridade de comando lhe permitem desempenhar o papel mais decisivo na batalha, encontra dificuldades na sua missão de cortar ao meio a esquadra conjunta. O «Bucentaure» (navio-almirante francês) e o «Redoutable» bombardeiam-no violentamente. Lucas, o capitão deste, mantinha uma linha de fogo constante sobre o «Victory», com 37 canhões. Mas Nelson, apesar de temerariamente exposto, entrou na linha inimiga e abriu um fosso de três quartos de milha entre os primeiros 14 navios dos quais o «Redoutable» agia na cauda e o «Santa Ana» que era o guia dos 19 restantes. A esquadra de Gravina e Villeneuve estava, como Nelson previra, partida em duas.

Às 13 horas, os canhões de curto alcance do «Victory», que passava perto dos navios inimigos troavam ensurdecidamente. Rolos de fumo negro cobriam o céu. Labaredas passavam e dançavam sobre os navios. Espalhava-se o odor da pólvora. Homens completamente desvairados gritavam coisas que não são deste mundo. Nelson tinha nas mãos o destino das nações. E o navio de Villeneuve cedo se acharia manobrando entre dois infernos: o do fogo do «Victory» e o dos canhões do «Temaire» comandado por Harvey. Um quarto

O Hospital da Império...

A Império Imobiliária vai construir... um hospital. Nem mais. A sua localização será na zona de intervenção da EXPO'98 e a obra terá início logo após o encerramento da Exposição Mundial, em Outubro de 1998.

A Império - que tem registado uma boa *performance* no decorrer deste ano no sector da construção, onde pensa arrecadar 250 mil contos - irá dar à nova unidade hospitalar o nome de «Hospital das Descobertas».

Deve ser para homenagear o negócio com a saúde dos

portugueses, essa grande «descoberta» dos novos capitalistas cá do burgo, apoiados em sucessivas políticas governamentais de direita, com a actual incluída.

... e as explicações da Ministra

Já que estamos a falar em hospitais, vem ao caso a conclusão da Ministra da Saúde, Maria de Belém, de que, «pela primeira vez, um défice pode ser explicado». Referia-se, evidentemente, ao défice no Ministério da Saúde, o qual, este ano e segundo a Ministra, cresceu devido ao extraordinário

PONTOS CARDEAIS

facto de que «trabalhar mais e produzir mais em Saúde aumenta a despesa». Portanto, o défice no Ministério da Saúde aumentou porque «se trabalhou e se produziu mais». O pior é que não se detecta, em qualquer ponto do País, qualquer efeito prático desse aumento de trabalho e produtividade, verificando-se, pelo contrário, o agravamento em toda a linha das graves e diversificadas insuficiências na assistência médico-hospitalar. Portanto, além de tudo continuar cada vez pior, agora isso já

acontece à custa de mais despesa pública! Grande política de Saúde...

As arrogâncias do Ferraz

Ferraz da Costa, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), aproveitou a cerimónia de atribuição do prémio «Excelência» promovido pelo IAPMEI e BNU para mandar recados aos dois ministros presentes, o da Economia, Pina Moura, e o das Finanças, Sousa Franco. Sempre

com aquele ar franzido de quem está permanentemente sob ataques de azia, Ferraz da Costa soterrou Pina Moura de «advertências» por interposto antecessor (o ex-ministro Augusto Mateus, a quem Ferraz ferrou todas as críticas que lhe passaram pela cabeça), enquanto Sousa Franco foi brindado com acusações sobre a «sempre adiada» reforma fiscal. Isto tudo com a mais descontraída das arrogâncias e perante centenas de empresários. Na resposta, apenas Sousa Franco reagiu, confirmando o seu feito respingão. E o que fez foi mesmo isso: em vez de pôr a criatura na ordem, respingou umas coisas sobre a moeda única.

Quanto a Pina Moura, rezam as crónicas que sorriu de leve, calou de leve e seguiu em frente. A toque de caixa, pelos vistos.

Bofetadas

Provocou alegre galhofa em vários órgãos de Comunicação Social as bofetadas que o eurodeputado PP Rosado Fernandes aplicou a um eurodeputado dinamarquês, «em defesa da sua honra» e em plena sessão do Parlamento Europeu. Os relatos do grotesco episódio explicaram que, por um lado, a matéria da ofensa consistiria na acusação feita a Rosado Fernandes de «estar vendido aos monopolistas do sector do tabaco» e, por outro, que o eurodeputado dinamarquês estaria «emborrachado como de costume, após o jantar».

A coisa, portanto, é ainda mais fina do que parecia. Rosado Fernandes não apenas exibiu uma farronca marialva, como ainda por cima se aproveitou de um bêbado.

Uma farronca marialva que se aproveitou, igualmente, para assim se furtar a responder à acusação formulada. Pelo que toda a gente ficou sem saber se o valentão do Rosado é, ou não, credor dos favores das multinacionais do tabaco. Que ele é amigo do peito de latifundiários e absentistas, já toda a gente sabe...

Lima de volta

Após um «apelo de várias secções» da capital, o ex-líder parlamentar do PSD, Duarte Lima, afirmou-se disponível para disputar a liderança da Distrital de Lisboa do PSD com os dois candidatos que já avançaram as suas candidaturas, o ex-líder distrital Pacheco Pereira e o ex-candidato autárquico Pedro Passos Coelho. E garante que não entra nestas eleições com «qualquer sentimento de ajuste de contas» contra Pacheco Pereira, seu antigo «vice» na liderança da bancada parlamentar do PSD. Evidentemente. Aliás, como se sabe, no PSD nunca há ajustes de contas, são tudo bons rapazes.

Fraudes alemãs

Segundo uma fonte sindical citada pelo jornal alemão *Welt am Sonntag*, mais de 50 bancos privados da Alemanha e grande parte dos seus clientes estão a ser investigados por presumível fraude fiscal, delitos que têm aumentado enormemente nos últimos tempos. Só em Dusseldorf, foram detectados casos de fraude que, no total, atingem os 13 mil milhões de marcos, sendo o número de casos investigados este ano superiores a 20 mil, mais 10% do que o ano passado. A escandaleira é de tal ordem que as autoridades alemãs se viram forçadas a analisar as declarações fiscais de 147 directores bancários, entre as quais as de altos executivos dos principais bancos alemães. E vai ser esta gente o «motor da moeda única»...

PONTOS NATURAIS

Actualidade

Mário Castrim

Apenas uma palavra

Não interessa, por agora, discutir as fronteiras entre a objectividade e a subjectividade na informação. Toda a informação tem a chancela de uma classe. E quanto mais «despolitizado» for o jornalista, mais negará essa condição. Ele? Ele nada disso. Ele é independente. Como disse Henrique Monteiro, no *Falatório*, nem todos os jornalistas são anjos. Às vezes, vê-se logo; outras vezes está mais escondido.

Um repórter diz, a propósito de Sesimbra, que «após 20 anos, é tempo de mudar». Nem se dá ao trabalho de esconder a subjectividade... Se num noticiário se diz: «A CDU mantém, apenas 41 câmaras», - a subjectividade engole-se sem darmos por ela. Aquela palavrinha... Tão inocente, não é? Tão natural, tão objectiva...

A gestão dos rendimentos

O Rendimento Mínimo Garantido foi um dos grandes

trunfos nas eleições. Tão simpática, tão humana, tão solidária a figura de Ferro Rodrigues...

Agora vem o padre João Maia explicar como tudo se está passando. Resumindo: quatro meses após o seu lançamento, apenas 20 por cento das famílias receberam o subsídio.

O padre João Maia ainda não aprendeu que é preciso rendibilizar as grandes manobras. Se fossem agora dar tudo, ficavam sem nada para dar amanhã. E lá se ia o efeito TV.

Quando se contabilizam votos, não se contabilizam dramas.

«... E cai no meu coração»

Neva em Moscovo. Qualquer coisa como 27 graus negativos. Os alemães sabem como isso morde. Quando lá estive, há anos, o frio andava pelos vinte. Era o tempo de todas as casas aquecidas. Tempo de todas as pessoas agasalhadas na rua. Tempo das grandes piscinas aquecidas cheias de gente. Tempo da prioridade aos velhos e às crianças. Era o tempo em que se morria de frio nas ruas de Londres e de Paris....

Também agora em Moscovo. Só numa noite, morreram 27 «sem abrigo» e muitos outros em suas casas. Parabéns, Moscovo. És uma cidade moderna. Que bom, não é?

O rosto sem máscara

O discurso sobre os deficientes resulta sempre. Há sempre pessoas de grande coração que, na sua

esfera, fazem o que podem.

Às vezes pelos de suas famílias, outras vezes por alguns outros, da povoação.

Sim, se não fossem elas tudo seria pior.

Estava eu a cuidar nisto e a pensar ao mesmo tempo que o problema não ficará resolvido na sociedade capitalista que é uma deficiente incurável.

Se uma sociedade não ajudar, todas as boas vontades individuais se perdem.

Então, alguém contou que uma menina deficiente da sua instituição, em Paranhos, foi colocada numa fábrica, mas acabou por ser despedida «porque não dava rendimento».

«Capitalismo de rosto humano» não é uma utopia, porque é um absurdo.

Como se chama o criminoso?

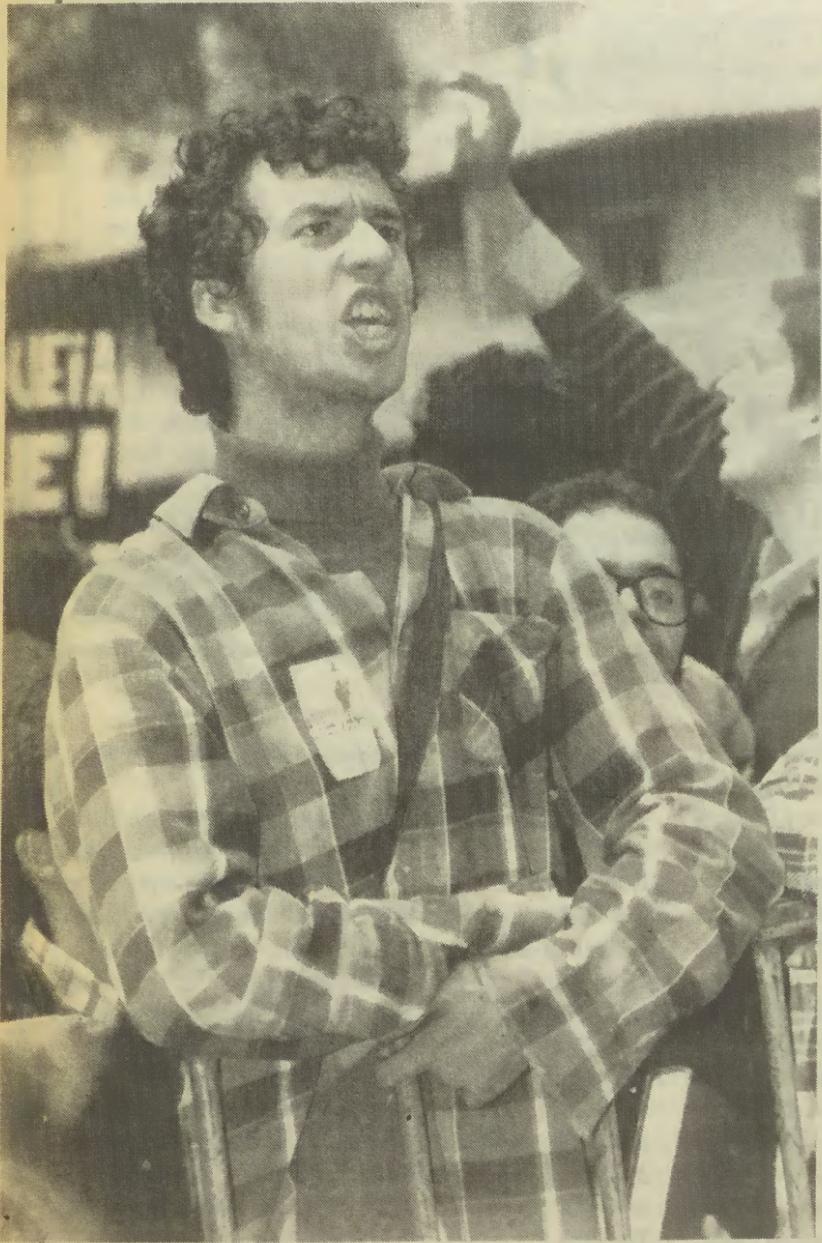
Não vou à procura de temas.

Não preciso de recorrer à fantasia nem ao grave estudo que queima as pestanas. A notícia entra-me pela casa dentro pela mão da UNICEF.

Doze milhões de crianças, por cada ano, morrem por esse mundo. Dessas, sete morrem à fome.

Morrem, quer dizer, são mortas. Só não dizem é o nome do assassino. Se há quem é morto, há quem mate. A fome não mata. A fome é um instrumento de quem mata.

Há pois um criminoso. Deve ser um criminoso importante, tantos são os seus cúmplices. Que não se atrevem sequer a nomeá-lo. Os grandes diários calam, as estações de televisão calam. A Polícia Judiciária não sabe de nada.



As bancas do Natal

Em Lisboa é a banca do Vitória - com uma grande diversidade de cerâmicas e azulejaria, vimes e madeiras, vinhos, licores e aguardentes, mantas e tapetes de várias técnicas e origens, gravuras e quadros prontos a pendurar na parede dos amigos; por quase todo o País, as organizações do Partido organizaram vendas similares, com uma dupla vantagem de monta: facilitam a vida de quem quer comprar presentes para o Natal e ajudam o Partido a fazer face às inúmeras despesas que a nossa actividade política impõe.



Comprando nas bancas do PCP, dás, assim, um presente a ti próprio, camarada!



TELEVISÃO

Quinta, 25

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.55 Procura-se um Pai Natal (Longa-metragem)
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Sequim d'Ouro
15.30 Circo de Natal
17.15 Mary Poppins (de Robert Stevenson, EUA/1964, com Julie Andrews, Dick Van Dyke, David Tomlinson, Glynis Johns, Hermione Baddeley. Ver Destaque)
20.00 Telejornal
20.45 Mensagem do Primeiro-Ministro
21.05 Contra-Infomção
21.35 As Lições do Teneças
22.10 A Grande Aposta
23.10 Os Principais
01.00 24-Horas
01.50 Musical: «Madredeus»
02.35 A Febre Regressa (de Dave Thomas, EUA/1988, com John Travolta, Arye Gross, Charles Martin Smith, Kelly Preston. Comédia / Espionagem)

RTP 2

11.00 Missa de Natal
12.00 Benção Papal



História da Guitarra (sábado na RTP2) conta a evolução deste instrumento - uma história em que Carlos Paredes é referência obrigatória

13.00 Inverno Espectacular
14.00 Concerto Promenade
16.00 A Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
18.45 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Fanny e Alexander
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.40 Tex Avery
22.50 Luzes da Ribalta (de Charles Chaplin, EUA/1951, com Charles Chaplin, Claire Bloom, Buster Keaton, Nigel Bruce. Ver Destaque)
01.20 Concerto das Três Sopranos
02.40 Magazine

SIC

09.10 Buérré
12.00 Lá Vem a Noiva, Lá Vai o Noivo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Circo de Monte Carlo
14.40 Música no Coração (de Robert Wise, EUA/1965, com Julie Andrews, Christopher Plummer, Eleanor Parker. Ver Destaque)
17.45 Spice Girls
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bravo Bravíssimo
22.20 Anjo Mau
23.20 Os Caça-Fantasma (de Ivan Reitman, EUA/1984, com Bill Murray, Dan Aykroyd, Sigourney Weaver, Harold Ramis. Ver Destaque)
01.20 Último Jornal
01.45 Pedro Abrunhosa
02.45 Moda Roma 97
03.45 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Missa de Natal
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.10 Animação
14.45 A Loja das Curiosidades
16.30 Romance de Natal (de Sheldon Larry, EUA/1996, com Olivia Newton-John, Gregory Harrison. Drama)
18.15 A Bíblia - José (2ª parte)
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
23.00 Casamento por Conveniência (de Peter Weir, EUA/1990, com Gérard Depardieu, Andie MacDowell, Gregg Edelman. Comédia Romântica)
00.00 Doido por Ti
00.40 Fora de Jogo
00.55 Concerto de Natal

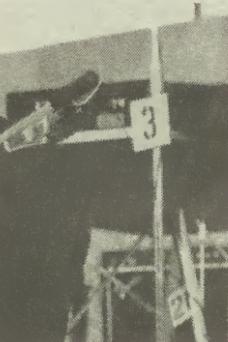
Sexta, 26

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Natal dos Hospitais (Compacto)
15.20 Sempre a Abrir
18.00 Aventura no Circo
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Nós, os Ricos
21.30 A Grande Aposta
22.50 Miss Mundo
00.40 24 Horas
01.35 Os Comerciantes da Morte (de Peter Warner, Colin Bucksey, David E. Jackson, Mark Sobel, EUA/1991, com Jenny Cago, Tom Mason, Byron Keith Minns. Docudrama / Policial)
03.50 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 A Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews



Sábado, 27

RTP 1

08.00 Espaço Infantil
12.25 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 3000 Segundos
17.05 Superbêbes
17.40 Diana, Princesa Modelo
18.45 Jet 7
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomção
21.30 Há Horas Felizes
22.45 Riso, Mentiras e Vídeo



«Fanny e Alexandre», o último filme de Bergman que o próprio remontou em cinco partes para a televisão, é uma das preciosidades destes dias na TV. A partir de quarta, 24, na RTP2

00.10 24 Horas
00.50 Desta para Melhor (de Charlie Peters, EUA/1992, com Bob Hoskins, Blair Brown, Francis McDormand, Tim Curry. Comédia)
02.45 A Morte de David (de Marisa Silver, EUA/1988, com Keanu Reeves, Alan Boyce, Michelle Mayrunk, Jennifer Rubin. Ver Destaque)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Música Maestro
13.05 Companheiros
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Musical - História de Uma guitarra
19.30 2001
19.55 Onda Curta (A Busca, de Thomas Stellmach, Alem./1996; A Tosquidela, de Nick Parker, Grã-Bret./1995 - Curtas-Metragens de Animação, Óscar de sua categoria em 1996 e 1995)
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.50 Os Chapéus de Chuva de Cherbourg (de Jacques Demy, Fr./RFA/1963, com Anne Vernon, Nino Castelnuovo, Catherine Deneuve, Ellen Farnet. Ver Destaque)
00.45 Sinais do Tempo
01.40 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.40 Indiana Jones e a Grande Cruzada (de Steven Spielberg, EUA/1989, com Harrison Ford, Sean Connery, Alison Doody. Ver Destaque)
19.10 Senhores Doutores
19.30 S.O.S. Sic
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.45 Os Prisioneiros da Cave (de Wes Craven, EUA/1991, com Brandon Adams, Everett McGill, Wendy Robie. Terror)

TVI

10.00 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
14.50 Uma Família às Direitas
15.30 Feed Back
16.30 A Fúria dos Anjos
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.15 A Contas com a Justiça (de William Friedkin, EUA/1995, com Shannen Doherty, Antonio Sabato, Jr., Adrienne Brabeau. Telefilme)
21.00 Directo XXI
22.00 Edição Especial
23.00 Se o Amanhã Chegar
00.10 Os Marginais (de Francis Ford Coppola, EUA/1982, com C. Thomas Howell, Matt Dillon, Ralph Macchio, Patrick Swayze, Rob Lowe. Ver Destaque)

Domingo, 28

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
15.35 Superbêbes
16.10 Regresso ao Futuro II (de Robert Zemeckis, EUA/1989, com Michael J. Fox, Christopher Lloyd. Comédia / Ficção Científica)
18.15 Casa Cheia
18.45 Riscos
20.00 Telejornal
20.45 Reis do Estúdio



«Fanny e Alexandre», o último filme de Bergman que o próprio remontou em cinco partes para a televisão, é uma das preciosidades destes dias na TV. A partir de quarta, 24, na RTP2

22.10 A Grande Aposta
23.10 Previsão Astrológica
23.45 24 Horas
00.30 A Coragem de Uma Mulher (de Andrew Gottlieb, EUA/1988, com Patricia Wettig, Stephen Lang, Shelley Hack. Drama)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Maravilhas do Mundo Moderno
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Caminho da Qualidade
14.10 Desporto 2
18.10 A Canção de Lisboa (de Cottinelli Telmo, Port./1933, com Vasco Santana, Beatriz Costa, António Silva, Teresa Gomes, Manuel Santos Carvalho. Comédia)
19.40 Bombordo
20.10 Artes e Letras - «Polifonias»
21.05 Viúvas
22.05 Horizontes da Memória
22.30 Teatro «A Natividade»
00.10 Vidas do Século - «A Dinastia dos Nehru-Gandhi» (II)

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Dragon Ball Z
14.00 Viper
15.00 Os Imortais
16.40 Os Imortais
17.40 Sôzinho em Casa II (de Chris Columbus, EUA/1992, com Macaulay Culkin, Joe Pesci, Daniel Stern. Comédia)
19.30 Imagens Reais
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Salsa e Merengue
23.10 A Lei do Reitor (de Christopher Cain, EUA/1987, com James Belushi, Louis Gossett, Jr., Rae Dawn Chong. Drama)
01.10 Último Jornal
01.35 Jô Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.10 O Mundo Natural
15.20 Competente e Descarada
16.20 Adultos à Força
16.45 A Fúria dos Anjos
18.15 Desafios
19.05 Raparigas em Fuga (de Joe Dante, EUA/1995, com Julie Bowen, Holly Fields, Jenny Lewis. Telefilme)
21.00 Directo XXI
22.00 Revista do Ano
22.50 A Lua das Mentiras (de David Fisher, EUA/1981, com Matt Dillon, Cindy Fisher, Christopher Connelly, Broderick Crawford. Romântico)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Segunda, 29

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nico d'Obra
14.20 A História da Pedra Lascada
15.05 Infantil / Juvenil
15.55 O Natal do Bombeiro
16.35 A Aventura do Circo
17.30 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Grande Aposta
21.25 Futebol
23.30 Mr. Bean
00.30 24 Horas
01.30 A Ruptura (de Claude Chabrol, Fr./It./Bélg./1970, com Stéphane Audran, Jean-Pierre Cassel, Michel Bouquet. Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Ellen
22.00 Jornal 2



Muitas e muito diversas músicas no Natal de todos os canais - de Plácido Domingo aos Madredeus, passando por «Os Principais» (!) ou o Concerto Promenade, que já foi top na RTP e agora surge discretamente à hora do almoço na RTP2

20.25 Tex Avery
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Tex Avery
22.45 A Legião de Cleópatra (de Vittorio Cottafavi, It./1960, com Georges Marshal, Ettore Manni, Linda Cristal. Histórico)
00.20 As Teias da Lei
01.10 O Crítico

SIC

09.10 Buérré
10.30 Princesas do Circo
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Ponto de Encontro
22.50 Olha Quem Fala Também (de Amy Heckerling, EUA/1990, com John Travolta, Kirstie Alley, Olympia Dukakis. Comédia)
00.35 Último Jornal
01.05 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 O Justiciero
13.30 TVI Jornal
14.15 Caprichos
15.40 Jogo da Vida
16.30 S.O.S. Urgências
17.20 Quase Modelo, Quase Detective
18.10 Rudy Coby
19.10 MacGuyver
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Um Homem Sem Passado
23.50 Doido por Ti
00.30 A Balada de Hill Street

Outra história - no «Artes e Letras» de domingo - é a das polifonias, onde Portugal e o seu cantar alentejano é outra referência obrigatória



Terça, 30

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 As Lições do Teneças
14.15 A História da Pedra Lascada
15.50 Spice Girls
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 A Grande Aposta
22.30 Herman Enciclopédia
23.45 Desejos Proibidos
00.35 24 Horas
01.20 Uma Jovem Rapariga (de Catherine Breillat, Fr./1991)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 A Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Ellen
22.00 Jornal 2



Muitas e muito diversas músicas no Natal de todos os canais - de Plácido Domingo aos Madredeus, passando por «Os Principais» (!) ou o Concerto Promenade, que já foi top na RTP e agora surge discretamente à hora do almoço na RTP2

22.35 Tex Avery
22.30 A Desforra de Hércules (de Carlo Ludovico Bragaglia, It., com Mickey Hargitay, Jayne Mansfield, Massimo Serato. Histórico)
00.05 As Teias da Lei
01.05 Duckman, o Trapalhão

SIC

09.10 Buérré
10.30 Princesas do Circo
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Ponto de Encontro
22.50 Olha Quem Fala Também (de Amy Heckerling, EUA/1990, com John Travolta, Kirstie Alley, Olympia Dukakis. Comédia)
00.35 Último Jornal
01.05 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 O Justiciero
13.30 TVI Jornal
14.15 Caprichos
15.40 Jogo da Vida
16.30 S.O.S. Urgências
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.10 Rudy Coby
19.15 MacGuyver
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
23.00 Justiça Roubada (de Alan Smithee, EUA/1993, com Cybill Sheppard, Tim Matheson, Karis Bryant, Dion Anderson. Drama)
00.50 Doido por Ti
01.30 Fora de Jogo
01.45 A Balada de Hill Street

Quarta, 31

RTP 1

08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nós, os Ricos
14.15 A História da Pedra Lascada
14.45 Infantil / Juvenil
16.15 Festival RTP da Canção 1996
17.20 Um Talento Especial (de James Lapine, EUA/1993, com Michael J. Fox, Christina Vidal, Nathan Lanet. Comédia)
19.00 País, País
19.25 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Isto Só Vídeo
21.35 A Grande Aposta
22.35 Herman Especial
Fin-de-Ano
01.00 Sim, Sr. Reitor (de Kally Makin, EUA/1995, com Matt Frewer, Valerie Mahaffey, Lawrence Dane. Comédia)
02.45 O Cinto de Castidade (de Pasquale Festa Campanile, It./1967)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Toca de Robin
17.00 A Família Bellamy



Muitas e muito diversas músicas no Natal de todos os canais - de Plácido Domingo aos Madredeus, passando por «Os Principais» (!) ou o Concerto Promenade, que já foi top na RTP e agora surge discretamente à hora do almoço na RTP2

18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Hugo
20.30 Fanny e Alexander
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.25 Tex Avery
22.45 A Revolta dos Gladiadores (de Vittorio Cottafavi, It./Esp./1958. Histórico)
23.55 Fim do Ano na Madeira
00.20 Musical
01.20 A História de Mr. Bean

SIC

09.10 Buérré
12.00 60 Anos da «Life»
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Quando os Duplos se Espalham
14.40 As Mais Assustadoras Perseguições Policiais
15.40 Prémios Guinness
17.00 Os Caça-Fantasma II (de Ivan Reitman, EUA/1989, com Bill Murray, Dan Aykroyd, Sigourney Weaver, Harold Ramis. Ver Destaque)
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Fantasma
22.30 Gala de Fim de Ano
01.00 Cabaret Nouvelle Eve
02.00 Farrah Fawcett
03.00 Amor Entre Mulheres
05.00 M.A.S.H. e Superman IV (Longas-metragens)

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 O Justiciero
13.30 TVI Jornal
14.15 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.20 S.O.S. Urgências
17.15 MacGuyver
18.10 Recomeçar
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Nove Meses (de Chris Columbus, EUA/1995, com Hugh Grant, Julianne Moore, Joan Cusack, Jeff Goldblum, Robin Williams. Comédia)
23.55 Passagem do Ano
00.10 A Valsa da Vida (de Ernest Thompson, EUA/1995, com Shirley MacLaine, Liza Minnelli, Kathy Bates, Jennifer Grey. Comédia Dramática)

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Música no Coração

(Quinta, 14.40, SIC)

Cheio de belas canções mas com um desenvolvimento dramático que frequentemente patina em demasiadas delongas, é inútil debruçarmo-nos aqui sobre a história, mais que conhecida. Recordemos, apenas, que se trata de um daqueles produtos habilmente concebidos para pôr uma plateia inteira a chorar, aflita com as desgraças por que passa a Família Trapp, por entre as canções de Julie Andrews e suas sete adoráveis criancinhas. Peça obrigatória em qualquer Natal televisivo que se preze...

Mary Poppins

(Quinta, 17.15, RTP1)

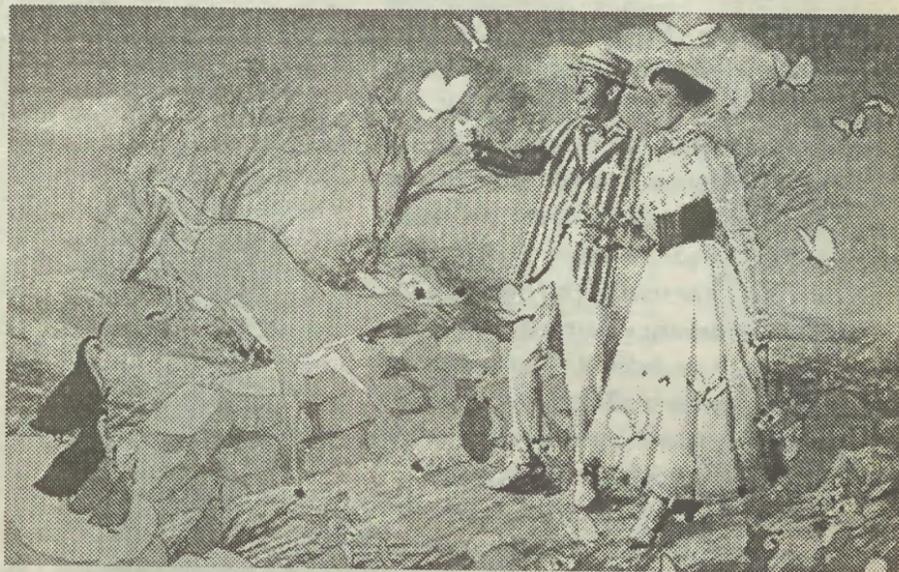
Na altura da sua estreia, a principal curiosidade deste filme (já com trinta e dois anos de idade!) era a conjugação dos actores e actrizes de carne e osso com conhecidas personagens de desenhos animados, sobretudo em determinadas sequências de bailados. É a magia de um perfeito filme musical, com a marca dos Estúdios Disney.

azares. Um festival de representação de Antony LaPaglia e Danny Aiello, nos papéis de filho e pai, respectivamente.

Um Rei em Nova Iorque

(Sexta, 22.45, RTP2)

Fortemente crítico em relação à realidade norte-americana - e talvez por isso apenas visto nos EUA 16 anos após a sua rodagem! - *Um Rei em Nova Iorque*, a despeito de alguns bons momentos envolvendo as aventuras em Nova Iorque de um monarca de um suposto país, a Ruritânia, que se torna numa vedeta da TV, não deixa de ser uma obra menor de Charles Chaplin e, como tal, nada adianta à sua gloriosa carreira.



Uma fantasia musical chamada «Mary Poppins»



Claire Bloom e Charles Chaplin em «Luzes da Ribalta»



Uma cena de «Os Caça-Fantasmas», de Ivan Reitman

Luzes da Ribalta

(Quinta, 22.45, RTP2) - Novembro de 97

Aproxima-se do fim o bom ciclo que a RTP 2 dedicou a Charlie Chaplin. Longe dos pequenos e impagáveis grandes filmes mudos protagonizados por esse inesperado vagabundo Charlot, estes últimos filmes do realizador transmitidos esta semana representam agora a fase da carreira de Chaplin em que algumas das suas obras pecavam pelo exacerbado sentimentalismo e tendência para o melodrama, tanto prejudicando a acutilância da sua mensagem. *Luzes da Ribalta*, filme famoso e nunca de mais exaltado, é também o início da curva descendente de um grande criador do cinema - aqui com Buster Keaton a roubar-lhe ironicamente os louros, na curtíssima e impagável cena em que faz de pianista...

Os Caça-Fantasmas

(Quinta, 23.20, SIC)

Três parapsicólogos decidem fundar uma agência que se dedica a resolver as preocupações das pessoas afligidas por fantasmas, pelo que armazenam alguns dos mais horrendos exemplares do género na cave da firma. Até que Gozer, um espírito que pretende dominar o mundo, consegue libertar esses monstros e a catástrofe é iminente... Tremendo êxito comercial, logo seguido de uma inevitável *sequela*, este filme é um espectáculo divertidíssimo (embora, como quase todos os filmes transmitidos nesta quinzena, já bem conhecidos dos espectadores da TV) e aproveita, da melhor maneira, os «efeitos especiais» criados por John Bruno. Mas a realização de Ivan Reitman é inventiva e a tresloucada interpretação dos principais actores é mais do que adequada.

Má Sorte... Ter Sorte

(Sexta, 18.00, TVI)

Eis uma *comédia dramática* bem inserida nos meios italo-americanos nova-iorquinos, na qual um jovem acaba de ganhar uma fortuna na lotaria e nem por isso se sente feliz, ao mesmo tempo que lhe acontecem os maiores

Indiana Jones e a Grande Cruzada

(Sábado, 16.40, SIC)

Para além da festejada «respiração de cinema» que Spielberg empresta à maioria dos seus filmes - mas aqui, de certo modo, em menor grau do que acontecia com os dois primeiros «episódios» de *Indiana Jones*, que a SIC vem recordando - falta, a esta terceira e última parte da *saga*, a especial e desmesurada atmosfera de encantamento e mistério próprios destes *pastiche*s das aventuras *em série*. A curiosidade suplementar vai, assim, para a excelente presença de Sean Connery, no papel de destemido pai (e rival!) do jovem arqueólogo, que constitui mais um motivo de interesse destes divertidos momentos de entretenimento.

Os Chapéus de Chuva de Cherburgo

(Sábado, 22.50, RTP2)

Ao contrário do que acontecia com os grandes *musicais* de Hollywood, este filme de Jacques Demy tem os seus diálogos totalmente cantados, estando deles ausente a transição dos diálogos falados para as canções, pelo as suas convenções se aproximam muito mais das da ópera. A brilhante música de Michel Legrand é, assim, uma das principais vedetas deste filme mas a encenação de Demy (descontando alguns *clichés*) aproxima-se da perfeição. A não perder, já que não nos recordamos que alguma vez tenha passado nas nossas televisões.

Os Marginais

(Sábado, 00.10, TVI)

O ponto de partida para este filme de Coppola é o *best seller* homónimo de uma jovem escritora de 17 anos, Susan Hinton (que, aliás, também viria

a colaborar com o realizador em *Rumble Fish*). Assim, embora situado nos anos 60, é natural que o argumento se debruce sobre as peripécias e as agruras da vida de um punhado de adolescentes. Evocando o melodrama clássico dos anos 50, Coppola encena, entretanto, um filme excelente, embora de certa forma irregular, em que sobretudo se destaca um grupo de jovens e talentosos actores, hoje no primeiro plano do cinema americano, como Matt Dillon, Ralph Macchio ou Patrick Swayze.

A Morte de David

(Sábado, 02.45, RTP1)

Este filme já esteve previsto para Setembro último e, na altura, escrevemos aqui que, «ao contrário do que é habitual a esta alta hora da madrugada, a RTP 1 programa para hoje um filme que é o invés do «lixo» que ali costuma verter. É assim provável que muitos espectadores fiquem privados de um filme intenso e sensível, realizado por Marisa Silver, acerca de um estranho suicídio de um jovem. Keanu Reeves é o principal intérprete». É provável que, como às vezes acontece, a RTP tenha então retirado este filme da sua programação, até porque seria absurdo voltar a transmiti-lo apenas quatro meses passados. Mas a incompetência mantém-se porque, agora, em vez de fazê-lo à 01.15 da madrugada, coloca-o às três menos um quarto!

A Ruptura

(Segunda, 01.30, RTP1)

Já previsto para o mesmo canal para uma emissão de há duas semanas atrás, eis um filme de Claude Chabrol realizado a partir de um tema que lhe é caro - o dinheiro todo-poderoso que se compraz em corromper tanto as consciências como as pessoas - mas que, entretanto, não pode incluir-se entre as melhores obras deste cineasta.

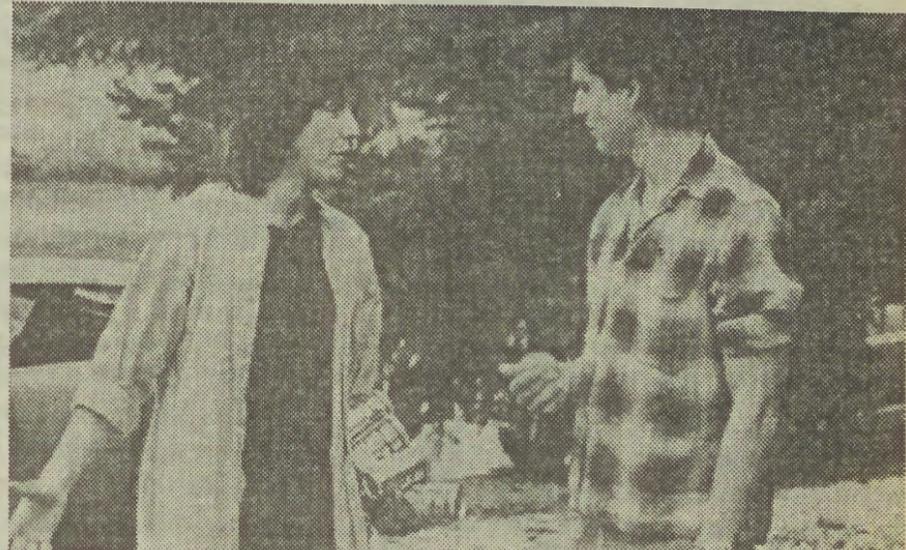
Os Caça-Fantasmas II

(Quarta, 17.00, SIC)

Ao contrário do que costuma acontecer com as «continuações» dos grandes êxitos comerciais, esta segunda edição de *Os Caça-Fantasmas* - realizada, como a primeira, por Ivan Reitman - é, novamente, um hilariante (embora algo longo) divertimento cinematográfico. Interpretado pelos seus principais actores originais, de que se destacam Bill Murray e Dan Aykroyd, também argumentistas, o filme conta-nos as novas aventuras dessa trupe de parapsicólogos que, cinco anos após terem desempenhado altíssimos serviços na luta contra os fantasmas, tentam agora descobrir os novos fenómenos que voltam a perturbar a vida de alguns pacíficos cidadãos de Nova Iorque...



Indiana Jones, pai e filho, em «A Grande Cruzada»



Um fotograma de «A Morte de David» de Marisa Silver, com Keanu Reeves

■ Correia
da Fonseca

O quarto rei mago

Aproxima-se o Natal e começam a visitar-me a memória alguns versos que por estas alturas me surpreendo a murmurar.

Uns do Mário Castrim, que creio já aqui ter recordado, provavelmente no Dezembro de outro ano, mas não faz mal lembrar de novo: «*Passado o Natal, / quem é o que era / negou-se à Primavera / que em si traz. / Não reverdeceu, / ficou pequenino. / Perdeu-se / no caminho.*» Outros do Sidónio Muralha: «*Hoje é dia de Natal. / Mas quando será de todos?*» Facilmente se adivinha que estes são versos capazes de interporem entre mim e as luzes, as montras, a «*silent night*», uma cortina de objecções ácidas que não me exilam da euforia natalícia mas a temperam com um desconforto paradoxalmente saudável. E é também através dessa cortina inevitável que olho o ecrã do televisor e miro as programações que a imprensa anuncia, na esperança afinal ingénua de que as TV's portuguesas dêem, pelo menos nesta altura, um sinal da efectiva cristianização que tanto lhes falta ao longo de todo o ano.

Falo de cristianização e, já se vê, estou a pensar em solidariedade, preocupação com as grandes questões dos homens, verdade, opção pela paz, partilha, coisas assim. Coisas que são utopias, dirão alguns, e não me sinto capaz de lhes negar alguma razão: que são utopias, sim senhores, mas que o são pelo menos há quase dois mil anos, idade aproximada do garoto cujo nascimento mais uma vez se comemorou esta semana. Por isto é que eu fiquei parvo, há uns tempos, quando João Paulo II frontalmente ergueu voz contra as utopias, ele, que precisamente

tem uma a seu cargo. Por isso também, e ao contrário do que acontece com tantos outros, não me admiro nada por, ao que dizem, a tentativa de passar para a vida vivida uma certa utopia ter falhado ao fim de 70 anos de experiência. Sei, como toda a gente, que as sociedades que se reclamam de cristianismo não têm nada de cristãs, bem pelo contrário, e continuam dominadas pelos fariseus ao fim de dois mil anos sem que isto possa ser invocado em desabono do tal miúdo nascido a 25, nem dos apóstolos que morreram pela ideia de fraternidade, e muito menos da própria fraternidade.



Ora, são sinais desta fraternidade que eu busco com alguma impaciência na programação das TV's por alturas do Natal. Não direi que não encontro nenhuns. Direi, isso sim, que encontro poucos e situados em hora e canal pouco frequentados. Na televisão, o Natal surge sobretudo na publicidade intensificada até à náusea e na música doce que é característica da quadra. Gosto da música mas, perdoem-me o excesso, odeio a publicidade. Também há o circo, de que não desgosto, mas onde en-

contro sempre um travo amargo: com razão ou sem ela, meteu-se-me na cabeça que o circo na TV (que, aliás, quase se vulgarizou já, mesmo quando o Natal vem longe) desvaloriza nos garotos o circo real, difícil, pobrezinho ou endividado, que continua a sobreviver por aí, arrastando-se, e que conta com o Natal para realizar algum dinheiro. Este ano, o circo na SIC até terá contado com a presença de membros da família real do Mónaco, pormenor muito prestigioso apesar da prática duvidosamente cristã da Stéphanie e Caroline, mas, por mim, gosto mais dos elefantes e dos malabaristas, isto é, daqueles malabaristas, dos do circo mesmo.

Em rigor, devo registar também outros momentos que as nossas TV's transmitiram relacionados com o Natal: filmes, o «*Goldspell Segundo La Féria*» (versão local e adaptada às predilecções da RTP do estilo consagrada pela «*Paixão Segundo S. Mateus*», de Bach), o Concerto pela Paz, realizado em Helsínquia e transmitido pela TVI, outros mais. Porém, houve coisas que não me caíram muito bem. Por exemplo, a RTP 1 a transmitir o americano «*ET*» durante a Consoada enquanto um conto de Torga protagonizado por Raul Solnado era semiescondido na TV2, sempre pouco frequentada. E aquilo da SIC transmitir «*As Spice Girls em Istambul*» na tarde do próprio Dia de Natal, pois nem as Spice nem Istambul me parecem tão cristãs como a data aconselharia.

«Boiar o sonho»

Para mim, porém, o melhor presente de Natal que a TV trouxe foram os cinco filmes de Chaplin que a TV2 está a transmitir esta semana. Não apenas por serem cinco filmes de Charlot, o que já não seria pouco, mas também porque entre esses cinco estiveram os três que considero serem as suas grandes obras-primas: «*Luzes da Cidade*», «*Tempos Modernos*» e «*O Ditador*». Eu nem devia falar destas coisas, pois para tanto me faltam sabedoria e credenciais, quem sabe disto é o Francisco Costa, mas a verdade é que ao longo da vida me tem acompanhado a trémula melancolia de «*Luzes da Cidade*», a lúcida denúncia do capitalismo já então selvagem em «*Tempos Modernos*» e a arrasadora sátira de «*O Ditador*». Por aqui se calculará o alvoroço com que recebi esta tripla visita aogra, quando já há videogravadores. Quanto a «*Luzes da Ribalta*», que sempre me pareceu um pouco tocado por um romantismo melado que aliás de

bom grado perdoei, e a «*Um Rei em Nova Iorque*», desforra de Chaplin sobre o mcartismo, o menos que posso dizer é que foram bem-vindos em minha casa que, contudo, como se compreende, é intensamente frequentada por filmes de todos os tamanhos e feitios, mas não com a grandeza chaplinesca.

Suponho que o que foi determinante para a transmissão dos filmes de Charlie Chaplin esta semana foi o facto de o autor ter morrido há vinte anos, durante o sono, durante a noite de Natal. Na verdade, contudo, bem podia ter sido atendida outra razão, e essa bem mais forte, não decorrente apenas de uma questão de calendário: é que nos filmes de Chaplin perpassa, bem mais profundamente do que em milhentas de obras «de Natal», o espírito de solidariedade e amor que sempre devia ser prioritário nestes dias, e é claro que não apenas neles, e não é. Em «*Luzes da Cidade*» é o amor enternecido, sem expectativas, sempre disponível e maduro para a resignada abdi-

cação. Em «*Tempos Modernos*» é a indignação contra as opressões que trituram os novos escravos e o enlevo perante os sonhos de felicidade desambiciosos. Em «*O Ditador*» é a luta com as armas do escárnio genial mas também o recado de fazer, como escreveu Torga, «*boiar o sonho, que não fosse ao fundo*». Em «*Luzes da Ribalta*» é de novo o amor, agora ameaçado pelo tempo. Em «*Um Rei em Nova Iorque*» é a sátira disparada contra o convencimento norte-americano de que a ignorância, a rudeza e os dólares dão direito a falar grosso ao resto do mundo. Uma vez mais, é a obra de Chaplin a lembrar que no Sermão da Montanha se consagra a bem-aventurança dos que têm fome e sede de justiça.

Compreender-se-á, assim, espero, que a vinda de Charlie Chaplin neste Natal de 97 me tenha parecido um pouco como a visita de um quarto rei mago feita não a mim, pessoalmente, o que seria presunção de todo imbecil, mas à esperança-menina que constantemente renasce em cada um de nós, e com boas razões, como é próprio nos homens e mais ainda nos homens cujos projectos e ambições não se confinam ao âmbito estreito dos seus limites individuais. Seria um quarto rei mago que não traria consigo nem o ouro, nem a mirra, nem o incenso, mas sim a certeza de que ele próprio, Charlie Spencer Chaplin, continua connosco e que os nossos sonhos se mantêm dignos daquela obra excelente e actual. O que afinal não espanta, porque esta é a luta em que, como escreveu o poeta, «até os mortos vão ao nosso lado».



ESCAPARATE



Visitas a museus de Lisboa

Numa quadra festiva como é esta - e que até pode coincidir com umas tranquilas férias que tenha resolvido tirar das suas ocupações - sugerimos hoje ao leitor da capital que aproveite o tempo livre para visitar os muitos museus que por aí tem à disposição, alguns dos quais são até adequados aos seus filhos que neste momento gozam merecidas férias da escola. Uma possível lista, meramente indicativa, necessariamente muito incompleta e sem ordem de preferência ou ramos de interesses, aqui fica, sendo que lhe indicamos também os contactos telefónicos para confirmar se estão abertos e quando: **Aquário Vasco de Gama** (Rua Direita, Dafundo, Tel: 419 63 37); **Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian** (Rua Dr. Nicolau Bettencourt 1093 Lisboa Codex Tel: 795 02 41); **Museu Arpad Szenes - Vieira da Silva** (Praça / Jardim das Amoreiras, 56 1750 Lisboa Tel: 388 00 44); **Museu Arqueológico** (Ruínas da Igreja do Carmo 1200 Lisboa Tel: 346 04 73); **Museu da Água da EPAL** (Rua do Alviela, 12 1170 Lisboa Tel: 813 55 22); **Museu da Marioneta** (Largo Rodrigues de Freitas, 19-A 1º - Junto à porta do Castelo de S. Jorge - 1100 Lisboa Tel: 888 28 41); **Museu de Arte Popular** (Av. Brasília Belém 1400 Lisboa Tel: 301 12 82); **Museu de Artes Decorativas Portuguesas** (Largo das Portas do Sol, 2 1100 Lisboa Tels: 886 21 83/4/5); **Museu de Marinha** (Praça do Império Belém 1400 Lisboa Tel: 362 00 10); **Museu do Chiado** (R. Serpa Pinto, 6 1200 Lisboa Tels: 343 21 48/9/50); **Museu do Palácio Nacional da Ajuda** (Calçada da Ajuda 1300 Lisboa Tels: 363 70 95/362 02 64); **Museu Nacional de História Natural** (Museu Bocage Museu Mineralógico e Geológico Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58 1250 Lisboa Tels: 396 15 21 / 21); **Museu Nacional de Arte Antiga** (R. Janelas Verdes 1200 Lisboa Tel: 396 41 513).



EXPOSIÇÕES

Pintura na Galeria Gymnásio

Foi inaugurada na semana passada e continua patente ao público até ao próximo dia 21 de Janeiro, uma exposição de pintura de **Teresa Capucho** subordinada ao título «**One Is a Crowd**». «Se gosto do mar e de tudo o que é da estirpe do mar, e se mais gosto dele quando mais furiosamente ele me contradiz; se há em mim aquele prazer de busca que impele as velas para o desconhecido, se no meu prazer há o prazer do navegante; se jamais o meu júbilo gritou: desapareceu a costa - caiu a

minha última amarra - o Infinito envolve-me, até lá ao longe brilha o espaço e o tempo, eia, coragem! velho coração! (...).», é um excerto de **Cinco Canções de Zarathustra de Nietzsche**, que serviram de inspiração à pintora, cuja exposição se realiza na **Galeria Municipal Gymnásio** (Espace Chiado, R. da Misericórdia, 12, 1200 Lisboa). O horário é o seguinte: de segunda a sexta, das 14 às 20 horas; aos sábados, das 14 às 19 horas. Encerramento aos domingos.



CINEMA



Até à Eternidade*

O Destino Bate à Porta

O encerramento de um ciclo

Chega ao fim, na **Cinemateca Portuguesa**, o excepcional ciclo dedicado a uma das maiores escolas de representação cinematográfica - o **Actor's Studio** - que, desde Novembro, tem sido apresentado na sala da Rua Rosa Araújo (em Lisboa). Os últimos filmes a ser projectados são os seguintes: dia 27, sábado (às 15.30 e 18.30) «**O Destino Bate à Porta**» (The Postman Always Rings Twice, EUA/1946) de **Tay Garnett**, com **John Garfield** e **Lana Turner**; às 21.30 «**A Herdeira**» (The Heiress, EUA/1949) de **William Wyler**, com **Olivia de Havilland** e

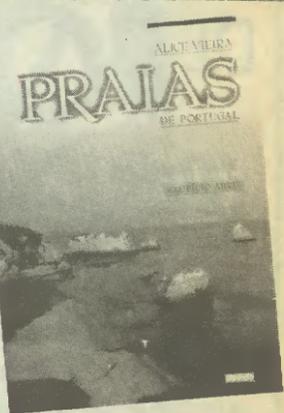
Montgomery Clift; dia 29, segunda, às 18.30, «**Um Lugar ao Sol**» (A Place in the Sun, EUA/1951) de **George Stevens**, com **Montgomery Clift**, **Elizabeth Taylor** e **Shelley Winters**; às 21.30 «**Até à Eternidade**» (From Here to Eternity, EUA/1953) de **Fred Zinnemann**, com **Burt Lancaster**, **Montgomery Clift**, **Deborah Kerr** e **Frank Sinatra**; e dia 30, terça, às 18.30 e 21.30, «**Algemas de Cristal**» (The Glass Menagerie, EUA/1946) de **Irving Rapper**, com **Jane Wyman**, **Kirk Douglas**, **Gertrude Lawrence** e **Arthur Kennedy**.

TEATRO

Uma nova peça no Teatro Aberto

Com ante-estreia prevista para 6ª. feira 26 e estreia marcada para sábado 27, pelas 21.30, sobe à cena no **Teatro Aberto** mais um espectáculo produzido pelo **Novo Grupo**. Desta vez, trata-se de «**Água Salgada**», um original de **Conor McPherson**, numa versão de **João Lourenço** e de **Vera San Payo de Lemos** com dramaturgia desta última, cenários e figurinos de **Vera Castro** e música de **Eduardo Paes Mamede**. A encenação é de **João Lourenço** e a interpretação estará a cargo de **José Jorge Duarte**, **Paulo Oom** e **Tobias Monteiro**.

LIVROS



Praias de Portugal

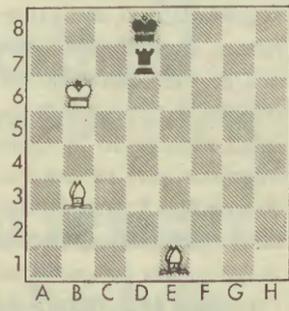
O tempo de ir à praia, o melhor tempo, dirão muitos, é o Verão. O tempo de sonhar com elas - e mesmo de as visitar, desertas e límpidas - é agora mesmo, quando a passagem do solstício inaugura um tempo a crescer na escala da luz. Para os sonhos, se queremos de algum modo concretizá-los, há que saber alguma coisa do terreno onde vamos usar os passos. Por isso não há melhor altura do que esta para nos oferecermos - já que é Natal - ou oferecermos a alguém em jeito de provocação e convite, este belo livro sobre as **Praias de Portugal**, editado pela **Caminho**. A autora, bem conhecida de mais pequenos e de mais crescidos pela literatura que ao longo dos anos nos veio dando a todos, foi à praia. Uma longa viagem, esta, a de **Alice Vieira**, acompanhada do fotógrafo **Maurício Abreu**. Porque, se o País é pequenino, à beira-mar se plantou, cabendo-lhe, desde há séculos, mil quilómetros de costa, mais coisa menos coisa, entre areais a perder de vista e escarpas de meter respeito. Praias há-as para quase todos os gostos - limpas e poluídas, quentes e frias, com pescadores e sem eles, cosmopolitas ou meramente selvagens. **Alice Vieira** escolheu o seu caminho, entre dunas e falésias, encontrando «jóias escondidas» entre «desordens urbanísticas», «pelos caminhos à beira-mar e pelos acessos quase inexistentes, pelos areais extensos e pelas línguas de areia que o mar tem vindo a reclamar». «Uma viagem», diz a autora, «que se prolongou por quase dois anos, desde a foz do Minho a Vila Real de Santo António, observando, conversando com as pessoas, descobrindo novas atmosferas, cheiros e cores». Do livro, cujas fotos de **Maurício Abreu** revelam as contradições entre a beleza pura e as malfetorias que a destroem, diz ainda **Alice Vieira** que foi «procurando em cada praia ir um pouco mais além da areia e do mar, ao encontro das suas riquezas, da sua gente, das suas raízes».

Se falámos em sonhar acordados sobre as viagens que poderemos planear ao ler este livro, a autora não deixa, ela própria de sonhar, ao fazer o balanço da viagem. E diz: «*Foram muitos os anos de degradação e de desprezo que vivemos. Mas estes dois anos entre mar e terra deram-me a certeza da urgência de defender o que nos resta. E não é pouco, apesar de tudo.*»

XADREZ

DCXXXVII - 24 DE DEZEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X46
Por: **HENRI RINCK**
Slovensky Národ, 1926

Pr.: [2]: Td7 - Rd8
Br.: [3]: Bs. b3, e1 - Rb6



Branças jogam e ganham

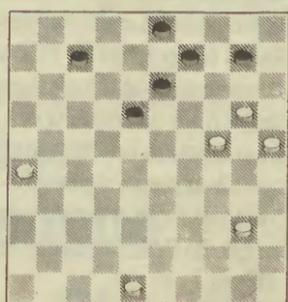
SOLUÇÃO DO Nº DCXXXVII [H. R.]
Nº 1997X46 [H. R.]: 1. Bh4+, Rb8; 2. Ba4, R-; 3. B:d7 e ganha. 1., Rç8; 2. Bb6 e ganha. 1., Rç7; 2. Ba4, Rç8; 3. B: e7 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCXXXVII - 24 DE DEZEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D46
Por: **EUGÈNE GRAISIER - Genève**
1º Prémio **La Gazette**, Julho, 1887

Pr.: [6]: (3)-7-9-10-13-18
Br.: [6]: 20-24-25-26-40-48



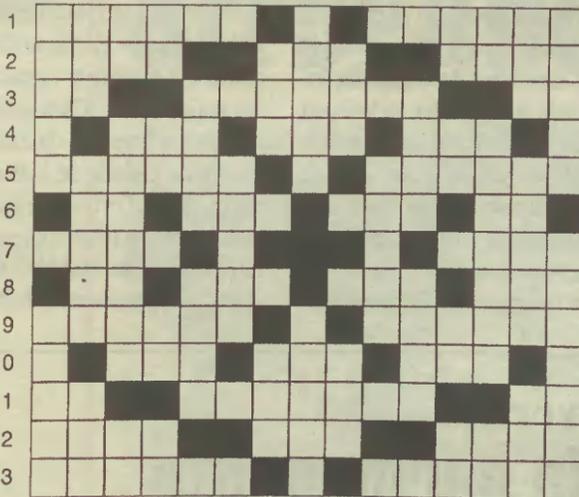
Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DCXXXVII
Nº 1997D46 [E. G.]: 1. 26-21, (3X26) 2. 48-42, (26X48); 3. 40-34, (48X19); 4. 20-14 (6X20); 5. 15X1 - D=D

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - O m.q. remela; corpo celeste que descreve em volta do Sol, uma órbita, umas vezes elíptica de excentricidade média ou de excentricidade muito acentuada, e que é constituída em regra, por três partes. 2 - Casta inferior de japoneses; larva que se cria nas feridas dos animais; encolerizar. 3 - Gálio (s.q.); pedaço de metal chato e delgado (pl.); nota musical. 4 - Fruto da ateira; tempo que a Terra gasta para dar uma volta em torno do Sol; unidade de trabalho no sistema CGS. 5 - Jogo de azar que consta de uma mesa com trinta e seis números e uma esôcie de prato giratório onde estão marcados os mesmos números; acesa. 6 - Cobre (s.q.); parte inferior do chapéu; palhoça de índios; Bário (s.q.). 7 - Parte que fica à direita ou à esquerda de alguma coisa; elemento de formação de palavras de origem latina, que exprime a ideia de ramo. 8 - Quinhentos e um romanos; prep. indicativa de limite; época; chefe etíope. 9 - Que custa pouco dinheiro; retardamento. 10 - Em metros quadrados; astro-rei; lamentos. 11 - Naquele lugar; projecto imaginário (pl.); utensílio de cozinha. 12 - Período correspondente à vigésima quarta parte do dia civil; perigosas; formar em alas. 13 - Providos de asas; brunira.

VERTICAIS: 1 - Governar; glóbulo formado pelo ar nos líquidos em ebulição. 2 - Cinge com nó; escavada; áqueles. 3 - Cânhamo de Manila; referira; Rádio (s.q.). 4 - Existes; Telúrio (s.q.); atmosfera; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc. 5 - Descaramento (pop.); homem que nega a existência de Deus. 6 - Nome vulgar de uma árvore confira da fam. das pináceas. 7 - Alguma; emissão de voz. 8 - Religioso trinitário; parte superior da ramagem das árvores (pl.). 9 - Aniversário; o m.q. lírio. 10 - Aguçã. 11 - Arma de arremesso em forma de haste aguçada numa das pontas, que se despede, por meio de um arco; amarras. 12 - Nota musical; acusada; graceja; Alumínio (s.q.). 13 - Érbio (s.q.); lisonjearas; Lítio (s.q.). 14 - Análogo; mulher nobre (pl.); conjunto de duas pessoas. 15 - Abelha silvestre cujo mel é azedo; separara.

HORIZONTAIS: 1 - Rameta; cometa. 2 - Elias; ura; tra; 3 - GFa; lãminas; la. 4 - A; ano, ero; 5 - Roteira; ateadã. 6 - Barato; atraso. 10 - Are; sol; ais. 11 - La; utopias; pá. 12 - Hora; ma; alar. 13 - Asados; podir. **VERTICAIS:** 1 - Reger; boia. 2 - Ala; oca; aos. 3 - Mã; aludira; Ra. 4 - Es; Te; ar; ad. 5 - Lata; aicu. 6 - Abe; 7 - Uma; som. 8 - Tino; copas. 9 - Anor; lis. 10 - Accra; isolara. 11 - Seta; alas. 12 - Mi; re; ri; Al. 13 - Er; guberas; Ll. 14 - Tal; damas; par. 15 - Atramã;

SOLUÇÕES

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

(Des)Confianças

Cavaco Silva confia mais na Europa, «na eficácia das regras supranacionais, do que na política económica de cada Governo, incluindo o português.»

A afirmação, no mínimo de mau gosto, foi feita em entrevista ao diário espanhol El País, que obviamente a aproveitou para o título da peça: «Confio mais na Europa do que no meu Governo.»

O que levá Cavaco Silva a proferir tal dislate não é certamente apenas a vontade de dizer mal do actual Governo, a quem reconhece de resto o 'mérito' de não ter alterado «o rumo traçado em 1990 em direcção à moeda única».

Ex-primeiro-ministro, ex-dirigente do PSD, ex-candidato à Presidência da República, Cavaco Silva, que não se cansa de garantir não experimentar «nenhuma frustração» por estar (?) afastado da política, sonha agora com outros voos.

A profissão de fé de Cavaco Silva na Europa - a cujos níveis de bem-estar Portugal se terá aproximado nos dez anos da sua governação, como afirma sem reboços - está longe de ser inocente ou sequer desinteressada. Cavaco tem ambições políticas, o que não é de estranhar. O que não se percebe é que a apetência por um lugar ao sol das estrelas comunitárias possa levar alguém a abdicar de forma tão objectiva do mais elementar respeito pela soberania nacional.

A cresce, por outro lado, que como aluno bem comportado da União Europeia, Cavaco já devia saber que há temas sobre os quais o melhor mesmo é estar calado, quanto mais não seja para não fazer figuras tristes. É que essa coisa de Portugal estar ao 'nível' europeu tem muito que se lhe diga. Basta tão-só deixarmos de falar de convergência nominal e passarmos para a convergência real para se perceber o abismo que nos separa do resto dos parceiros europeus. Ainda recentemente vieram a público dados comparativos sobre as despesas dos estados em benefícios sociais aos seus cidadãos, que revelam que Portugal dispende apenas uma terça parte da média da UE. Ou seja, dito em números, o Estado português gastou uma média de 653 contos em 1995 com cada cidadão, contra o gasto médio per capita de 1800 contos nos restantes países comunitários. Em termos globais, os referidos benefícios representam em Portugal 29,9 por cento dos gastos, enquanto a média europeia ascende a 44,7 por cento. Os dados reportam-se a uma época em que Cavaco Silva ainda era primeiro-ministro e, se bem nos recordamos, a tese do oásis andava na boca de todos os governantes. É possível que, à custa de tanto se ouvir, Cavaco acredite no que diz, mas temos dúvidas. A não ser, claro, que a confiança cega de Cavaco na UE se estribe exclusivamente na capacidade dos Quinze em defender os interesses económicos do grande capital, apútrida por natureza e estranho por vocação aos interesses sociais. Aí a conversa é certamente outra, e o oásis comunitário de que o ex-primeiro-ministro fala não é o dos povos, mas o dos polvos, na esperança de que lhe caiba em sorte a sombra de uma palmeira. Tanta confiança dá para desconfiar. O que não falta por aí é gente disposta a vender-se e a tentar vender-nos por um prato de lentilhas à moda de Bruxelas. Desconhece-se a reacção dos espanhóis à entrevista de Cavaco Silva. Mas com declarações como as suas, é cada vez mais compreensível que se espantem quando descobrem que por cá ainda se comemora o 1º de Dezembro.

■ Anabela Fino



Trabalhadores da SODIA querem respostas claras

Os trabalhadores mantêm-se vigilantes e determinados na defesa da empresa e dos seus pontos de trabalho (na foto, desfile em Lisboa em Abril de 1996)

Os trabalhadores da SODIA, Sociedade de Desenvolvimento da Indústria Automóvel, reúnem-se em plenário no próximo dia 6 de Janeiro. Em causa está o futuro da empresa, a exigência de respostas claras por parte do governo.

Passados 16 meses desde a compra da fábrica pelo governo à Renault, e apenas a sete meses do fim do contrato firmado entre o Estado e a Renault, os trabalhadores da SODIA reafirmam que o negócio efectuado "não pode servir apenas para desresponsabilizar a Renault pelo encerramento da fábrica e consequentemente lançar no desemprego os seus 597 trabalhadores".

Assim, a Comissão de Trabalhadores exige do governo, e concretamente da audiência marcada com o Ministério da Economia, para o próximo dia 29, respostas claras para as questões que tem vindo a colocar - se existem construtores interessados na compra da fábrica; que possibilidade há quanto a um acordo de montagem; se os postos de trabalho estão assegurados.

Se se mantiver a ausência de respostas relativamente ao

futuro da empresa e dos postos de trabalho, os trabalhadores deverão avançar com uma greve, acompanhada da realização de um plenário e de uma deslocação ao Ministério da Economia.

Enfermeiros em luta

Dia 7 de Janeiro, deverá decorrer uma reunião negociada entre os representantes sindicais dos enfermeiros e a minis-

tra da Saúde, acompanhada de representantes da Secretaria de Estado do Orçamento e da Secretaria de Estado da Administração Pública.

Um encontro que surge como resultado da forte mobilização de enfermeiros na greve de 21 de Novembro.

Em reunião de Direcção Nacional, realizada a 18 de Dezembro, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses decidiu ser esta a reunião decisiva, em que o Ministério da Saúde

deverá apresentar propostas negociais credíveis que, a não se concretizarem, levarão de novo os enfermeiros à greve ainda em Janeiro.

CGTP-IN

O Conselho Nacional da CGTP aprovou, na semana passada, o plano de actividades da Central Sindical, cujas grandes linhas são abordadas na pág. 6 desta edição.

Comunistas de Lisboa lançam mãos ao trabalho!

Em Lisboa, a Direcção da Zona Centro do PCP começou já a planificar o trabalho para 1998, apontando para 28 de Fevereiro a realização da 4ª Assembleia de Organização, onde irá proceder ao balanço do trabalho realizado desde a 3ª Assembleia, à definição de metas para o reforço da organização e de uma nova estrutura de direcção e à eleição de um novo organismo de direcção.

Até lá, serão realizados Plenários de Militantes por célula ou conjunto de células, para os quais serão particularmente mobilizados os eleitos autárquicos e o núcleo de camaradas mais activos. Com esses plenários a Direcção da Zona Centro da Cidade de Lisboa pretende definir algumas medidas para o reforço e aperfeiçoamento do trabalho de direcção do Partido no trabalho

autárquico; definir responsabilidades e pelouros dos eleitos comunistas e tomadas de posse nas respectivas freguesias; eleger secretariados de célula.

Um Plenário de Militantes da Zona analisará, no dia 10 de Janeiro, os resultados eleitorais, devendo, entretanto, ser constituídos três grupos de trabalho, abrangendo diferentes freguesias, para a elaboração de propostas a serem discutidas nos plenários preparatórios da Assembleia, compostos por camaradas responsáveis de organização, pelo trabalho autárquico nas Juntas e nas Assembleias de Freguesia.

Antes também da 4ª Assembleia de Organização, será realizada uma jornada de afirmação do Partido na Zona. É objectivo dessa jornada dar a conhecer aos moradores os candidatos comunistas eleitos para as Juntas e Assembleias de Freguesia; debater com as colectividades e instituições locais os projectos do PCP a curto prazo nas autarquias; desenvolver a campanha contra o aumento dos telefones; contribuir para o desenvolvimento de um movimento pela criação do Centro de Saúde de Alfama.

PCP acusa Governo Descontrolo permanente no orçamento da Saúde

O deputado comunista Lino de Carvalho acusou o Governo de "descontrolo permanente" na execução orçamental do Ministério da Saúde e questionou a fiabilidade dos números e o rigor do Orçamento. Estava-se no debate sobre a proposta de lei de alteração ao Orçamento de Estado para 1997, diploma que viria a ser aprovado com os votos favoráveis do PS e a abstenção de todas as restantes formações parlamentares.

Em causa estava sobretudo o reforço proposto pelo Governo para o Serviço Nacional de Saúde em 14 milhões de contos, alteração que no entender da bancada comunista não é credora de "confiança" na

base desta dúvidas está a diferença de previsões do Governo PS quanto ao déficit do Serviço Nacional de Saúde, déficit que ele próprio agravou em 90 milhões de contos só nos anos de 1996 1997.

Com efeito, o Governo apresenta agora uma previsão de déficit de 159,1 milhões de contos, quando, ainda não há muito tempo, apresentou duas outras estimativas diferentes: uma com um déficit previsível de 165,1 milhões de contos; outra, apontando para 106,2 milhões.

Para a bancada do PCP este "descontrolo permanente" configura uma situação grave, não apenas por revelar uma "total incapacidade previsionária

gestão da área da Saúde", como também por indiciar o propósito governamental em "manter um subfinanciamento crónico do SNS que se traduz no agravamento da prestação de cuidados de saúde aos portugueses".

Este subfinanciamento, como tratou de chamar a atenção Lino de Carvalho, obriga a que os "Hospitais e todas as unidades de prestações de cuidados de saúde restrinjam despesas em áreas fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida dos portugueses em vez do Governo investir numa reorganização dos Serviços de Saúde que garantam um melhor e mais eficaz funcionamento do SNS".

